

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Rogério F. Guerra¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

Os efeitos dos movimentos migratórios são complexos e variados, tanto para as nações que fornecem os imigrantes quanto para aquelas que acolhem os contingentes. Os motivos que levam as pessoas a migrarem são variados, mas comumente eles decorrem da pobreza ou são os produtos de guerras, perseguições políticas e intolerância religiosa. Em muitos casos, essas forças se somam e famílias ou vilarejos inteiros buscam melhores condições de vida em outros cantos. Algumas nações do Novo Mundo se beneficiaram enormemente do fluxo migratório, entre as quais a Argentina, Brasil e EUA, mas os países cedentes sofreram despovoamento e perda da capacidade econômica. Atualmente notamos uma inversão do fluxo migratório – são as nações mais ricas e do Velho Mundo que atraem os jovens imigrantes (*brain drain*).

O fluxo migratório ocasiona efeitos significativos, tanto para as nações que cedem seus habitantes quanto para aquelas que os acolhem. Os imigrantes trazem novos costumes, crenças religiosas e conhecimentos técnicos, os quais interferem no modo de vida local e resultam num caldeirão cultural (*melting pot*). De modo geral, os imigrantes exibem características especiais, levando em conta a motivação e a coragem para o enfrentamento de situações adversas; uns se integraram perfeitamente ao novo local, mas outras comunidades permaneceram isoladas e perdemos gradativamente seus vestígios. O fluxo migratório alemão não foi volumoso, em termos relativos, mas deixou marcas visíveis nos estados do Sul. O espírito empreendedor do colono alemão impulsionou a atividade agropastoril e fez surgir indústrias variadas (tecelagem, cerâmica, metalurgia, construção civil e processamento de alimento).

Uma curiosidade: o fluxo migratório alemão não foi contínuo e tampouco o mais volumoso, pois os contingentes italianos, por exemplo, foram maiores e, dentre as nações do Novo Mundo, os EUA e Canadá acolheram volumes mais expressivos de colonos alemães. A germanização do Brasil teve início por volta de 1820, mas os EUA já vinham recebendo esses colonos antes de sua independência (1775). Estima-se que $\frac{3}{4}$ dos alemães se instalaram na Filadélfia;

¹ Professor Titular do Departamento de Psicologia/UFSC e Editor da Revista de Ciências Humanas (rfguerra@cfh.ufsc.br).

nos anos 1720, três veleiros desembarcaram 600 alemães na região e, nos anos 1750, 20 navios deixaram 5.600 imigrantes na Filadélfia (TAYLOR, 2003). Entre 1820 e 1860, os EUA acolheram cerca de 5 milhões de imigrantes, 90% composto por ingleses, irlandeses e alemães. O fluxo migratório foi ocasionado pela pobreza e, interessadamente, o decréscimo demográfico beneficiou a população que permaneceu nas regiões de origem (SCHLEMPER, 2007).

Entre todas as nações, os EUA foram os que mais se beneficiaram com o fluxo migratório em larga escala (50 milhões, desde a descoberta da América) e algumas nacionalidades se destacaram nesse processo, com exceção dos escravos (imigrantes forçados). Os alemães eram considerados imigrantes preferenciais, ao lado dos ingleses e irlandeses; eles foram beneficiados com terras férteis e baratas, tolerância religiosa, inexistência de serviço militar compulsório e liberdade civil. Os colonos alemães mantinham um eficiente serviço de acolhimento dos compatriotas, o que proporcionou segurança e forte estímulo ao fluxo migratório. Após a II Guerra Mundial, os EUA receberam um expressivo número de cientistas e engenheiros alemães (HUNT, 1991; JUDT & CIESLA, 1996; GUERRA, 2007).

Os ingleses foram os colonizadores majoritários e, o que é natural, deixaram marcas mais visíveis na história dos EUA. Por outro lado, os irlandeses sofreram discriminação, não contavam com o suporte logístico dos compatriotas; as terras eram baratas, mas eles não tinham recursos para adquirir os lotes e a fervorosa devoção católica era algo minoritário entre os colonos ingleses e alemães². A legislação do império austro-húngaro era bastante avançada no que diz respeito à educação, o que significava baixo índice de analfabetismo na população – em certas regiões, era apenas 2% entre os indivíduos do sexo masculino, 3% entre os do sexo feminino (GROSSELLI, 2009).

A Alemanha contava com universidades de prestígio e muitos intelectuais alemães se destacavam nas ciências naturais, filosofia e nas artes. As nações do Novo Mundo buscavam sistematicamente os imigrantes e, com efeito, e exibiam claro interesse pelos contingentes teutônicos, entre os quais os EUA, Canadá e Austrália; o governo imperial brasileiro também seguiu essa tendência. Diversas nacionalidades contribuíram para o desenvolvimento da poderosa nação da América do Norte, mas os colonos ingleses e alemães foram os que mais prosperaram na nação do Novo Mundo. Outra curiosidade: no Brasil, a colonização alemã teve início no município de Caravelas/BA, mas ela deixou marcas mais visíveis e duradouras na região Sul do Brasil. Outros grupos antecederam ou os contingentes eram numericamente superiores aos alemães, mas estes influenciaram de modo especial a cultura sulista.

² *The New Encyclopædia Britannica – Macropædia*. United States of America (Volume 29, pp. 153-475). Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., 1986, e *Webster's New Universal Encyclopedia*. Nova York: Barnes & Noble Books, 1997.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

A presença germânica em solo brasileiro influenciou a arquitetura, a culinária e a industrialização do país; os alemães também trouxeram o Luteranismo e a prática diferenciada do Catolicismo, a qual envolvia o culto a novos santos e os corais de igreja. As ciências naturais foram impulsionadas graças às expedições científicas e ao empenho de um personagem pouco mencionado nas obras especializadas, a austríaca D. Leopoldina. A inovação tecnológica veio com o uso racional do solo e os engenhos movidos a água. A produção de farinha de mandioca e de açúcar era antiquada; os engenhos eram usados há muito tempo e a produção era de baixa qualidade – não havia engenhos, mas engenhocas movidas por parrelha de bois com antolhos ou até mesmo por escravos (chama-rita).

O povo alemão é conhecido por seu relacionamento especial com natureza e apego à terra (“alemão batata”, forma depreciativa utilizada pelos brasileiros para designá-los), fatores que explicam a competência na produção agropecuária e os movimentos em prol da preservação do meio-ambiente. Alguns colonos que se instalaram na região Sul do país eram aventureiros e outros, mais habituados aos ofícios urbanos, mas a maioria era composta por agricultores habituados à exploração de pequenas propriedades. É comum os moradores cultivarem suas hortalças e praticamente não existe uma moradia que não seja cercada por árvores frutíferas ou que não ostente à frente um florido jardim. No Brasil, os colonos alemães ganharam a posse de terras amplas e férteis; a eficiência agrícola trouxe bem-estar, alimentando os estômagos e os sentimentos de liberdade – o “alemão-batata” era dono de si mesmo.

Os relatórios dos naturalistas

Vários exploradores alemães visitaram o Brasil e descreveram suas impressões acerca de nossas riquezas e costumes dos nativos. O aventureiro Hans Staden (1557) descreveu os conflitos entre portugueses e franceses; ele permaneceu 9 meses como prisioneiro dos índios tupinambás, informando que se tratava de um “período de engorda” para o ritual antropofágico. Suas descrições impressionaram os cronistas que vieram a seguir e simplesmente foram copiadas, daí surgiu o mito da “antropofagia pandêmica”. O país recebeu a visita de missionários jesuítas, os quais enriqueceram a lista de exageros e invencionices. Diziam alguns que as índias transportavam os filhos às costas, o que é correto e lançavam as mamas sobre os ombros para amamentar os filhos, sem interromper os afazeres; acreditava-se que elas facilmente ultrapassavam os 150 anos de idade e exibiam capacidade reprodutiva aos 80 anos!

Alguns naturalistas ficaram espantados com a enorme quantidade de escravos nas fazendas, bem como o modo como eles eram tratados pelos senhores.

Adalbert von Chamisso (1781-1838) descreveu o atraso tecnológico das comunidades da Ilha do Desterro (atualmente Florianópolis), onde florescia um intenso tráfico de escravos. A força muscular dos negros era utilizada para movimentar os engenhos ou descascar arroz em pilões de madeira, enquanto na Europa eram comuns os engenhos acionados pela força das águas ou dos ventos; utilizava-se mulas e carros-de-boi para o transporte de cargas e pessoas, mas, no Brasil colonial, recorria-se intensamente aos músculos dos negros para os mesmos propósitos.

Os visitantes postulavam que o regime escravagista era desumano, mas também ineficiente e atrasado; a facilidade de renovação da mão-de-obra desestimulava as inovações tecnológicas e promovia a indolência nos engenhos. Por outro lado, os colonos alemães promoveram inovações na agricultura e aproveitamento da energia hidráulica na produção de farinha de mandioca, açúcar, moagem de milho, socadura do café e arroz. O aumento da produtividade trouxe mais conforto e progresso às colônias. Os relatos dos visitantes são exagerados ou imprecisos, mas eles descrevem vividamente o suposto caráter indolente dos colonos portugueses e os malefícios da mistura racial (KELLENBENZ & SCHNEIDER, 1980). Intelectuais mais recentes usam outras palavras para descrever as peculiaridades da cultura brasileira, apontando como solução para o progresso do país o estímulo à imigração alemã (HANDELMANN, 1931; SCHLICHTHORST, 2000; VON KOSERITZ, 1980).

A região Sul foi visitada por ilustres naturalistas, entre os quais Adam Johann von Krusenstern (1803), Iuri Lisiansky (1803), Georg Heinrich von Langsdorff (1803), Adalbert von Chamisso (1815) e Carl F.G. Seidler (1825)³. Naturalistas de outras nacionalidades também visitaram a região e produziram relatórios que exaltam a beleza da topografia, a biodiversidade e o potencial econômico do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas são quase unânimes em depreciar o caráter da população luso-brasileira – a belíssima e esplêndida terra não merecia um povo tão indolente (LEITÃO, 1934). Os naturalistas denunciavam os perigos (e.g., índios antropófagos, os “miasmas pútridos” e a espantosa variedade de insetos e répteis peçonhentos), mas o saldo final dos relatos era positivo, pois lembravam a descoberta do Éden terreal.

A descoberta do Novo Mundo atraiu as atenções dos exploradores e o Brasil ocupou lugar de destaque no coração de ilustres visitantes. Um deles lembrou as razões do encantamento: o país lembrava o cenário original da pátria-mãe – i.e., de um ou dois séculos atrás! O descaso em relação à natureza foi severamente condenado, pois é íntimo relacionamento com os elementos da natureza que melhor caracteriza a índole germânica.

³ *Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979. Ver: TAUNAY (1925) e LEITÃO (1934).

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

A fixação do homem à terra remonta aos tempos imemoriais, de modo que os alemães apreciam e valorizam aquilo que julgamos coisas triviais, como as montanhas, os rios e a melodia dos pássaros (GUENTHER, 1931).

O Brasil manteve-se fechado aos naturalistas e potenciais colonizadores por determinação da corte portuguesa. Os interessados eram obrigados a levar passaportes ou autorizações especiais para visitar certas regiões, principalmente o interior de Minas Gerais onde se situavam as minas de diamantes (LEITÃO, 1934). O acolhimento oferecido aos exploradores alemães, nas primeiras décadas do século 19, foi bem diferente ao tratamento dispensado à Alexander von Humboldt (1799), o explorador da América do Sul. Ele havia solicitado autorização para estudar os rios da região amazônica, mas foi impedido por João VI a entrar no Brasil; suspeitava-se que o ilustre naturalista fosse um agente propagador de idéias republicanas, pois ele residia em Paris, onde ganhara fama e fora bafejado com os ventos da Revolução Francesa (1789). O monarca português emitiu ordens às capitânicas do Norte e Nordeste para prender o von Humboldt e, com efeito, o ouvidor do Ceará prometeu uma recompensa de 200\$000 àquele que cumprisse a ordem na sua capitania, ou 100\$000 fora dela⁴. O intimidado naturalista teve que se contentar em explorar as regiões sob domínio dos espanhóis.

Alguns naturalistas brasileiros se destacaram nos estudos acerca da biodiversidade brasileira (GUERRA, 2010), mas os alemães também deram valiosas contribuições a este campo do conhecimento. Dentre eles, destacam-se o botânico Friedrich Sellow (1789-1931), o qual recebeu subvenções financeiras do Museu Nacional (1815) e realizou visitas aos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e São Paulo; ele se fez acompanhar de naturalistas ilustres, realizou importantes coletas e tinha apenas 42 anos quando encontrou a morte nas águas do Rio Doce (FERRI, 1955). Muitas de suas descobertas foram incorporadas à obra de von Martius e von Spix, naturalistas alemães que produziram uma vasta obra sobre a biodiversidade brasileira (*Reise in Brasilien*, 1823).

Von Langsdorff tinha genuíno interesse no desenvolvimento do Brasil. Em 9 de Outubro de 1824, ele enviou uma carta à Pedro I esclarecendo a importância de uma universidade no país; o projeto era parte de um plano estratégico que visava a colonização do Brasil. Interessantemente, ele defendeu que a universidade deveria ser instalada numa região de clima temperado, adequado aos exercícios do pensamento, e distante das agitações das grandes cidades; outras características desejáveis foram especificadas e von Langsdorff apontou o local ideal para a instalação da universidade: Minas Gerais (BECHER, 1990).

⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 83, 1918. Ver também: Brandenburger (1938).



Figura 1

Expedições científicas que exploraram o interior do Brasil.

Fonte: Instituto Oswaldo Cruz/RJ

Não obstante o proselitismo cultural e os comentários depreciativos em relação ao suposto caráter brasileiro, a nação emergente se beneficiou largamente das ações dos exploradores alemães. Alguns se abrigaram e deram notáveis contribuições ao desenvolvimento de nossas instituições; não devemos esquecer o papel desempenhado por Leopoldina de Habsburgo, a qual pertencia à nobreza alemã. Ao contrair matrimônio com Pedro I, ela se fez acompanhar de alguns naturalistas, entre os quais J.E. Pohl, mineralogista que explorou Minas Gerais, Mato Grosso e o Rio de Janeiro (1817-21). D. Leopoldina tinha especial interesse pela mineralogia e, com efeito, possuía uma valiosa coleção geognóstica mineralógica e mantinha correspondência regular com especialistas europeus, conforme atestam os documentos guardados no Museu Nacional (LEINZ, 1955).

Os antigos relatos sobre a biodiversidade e os costumes dos luso-brasileiros são recheados de erros e comentários depreciativos, mas, curiosamente, as falhas auxiliam a compreender a imagem dos colonizadores da nação emergente. Alguns ingleses escreveram obras sobre a nossa historiografia, como Robert Southey (*History of Brazil*, 1810-19)⁵, John Armitage (*The history of Brazil from the arrival of the Braganza Family in 1808 to the abdication of Dom Pedro the First in 1831*, 1836)⁶, James C. Fletcher e Daniel P. Kidder (*Brazil and Brazilian portrayed in historical and descriptive sketches*, 1857) e Ernest Hambloch (*His Majesty the President of Brazil*, 1936)⁷.

⁵ Edição brasileira: *História do Brasil* (volumes I, II e III). Brasília: Senado Federal, 2010.

⁶ Edição brasileira: *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2011.

⁷ Edição brasileira: *Sua Majestade o Presidente do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Um ilustre filho da colônia alemã se dedicou à historiografia brasileira⁸, mas merece destaque a contribuição do alemão Gottfried Heinrich Handelmann (1827-91), autor de uma valiosa e pouco conhecida obra sobre a história do Brasil (*Geschichte von Brasilien*, 1860; ver: HANDELMANN, 1931).

As expedições científicas eram cercadas de adversidades, conforme atestam os relatórios dos naturalistas. O alemão Friedrich Sellow encontrou a morte nas águas do Rio Doce/MG, bem como Georg W. Freireyss (1789-1825) teve morte prematura na Bahia – parece que ele morreu em decorrência de uma enfermidade tropical (malária) contraída às margens do Rio Macuri (ver: VON SPIX & VON MARTIUS, 1938). A audaciosa expedição organizada por von Langsdorff tinha por objetivo a exploração do interior do país (1825-29), mas ela foi cercada de fatalidades. Com efeito, o jovem artista Aimé-Adrien Taunay encontrou a morte quando tentava atravessar a nado as águas do Rio Guaporé/MT (1826). A expedição enfrentou fome e doenças; von Langsdorff e o astrônomo N.G. Rubtsov quase pereceram devido aos agravamento dos sintomas da malária (BECHER, 1990; KOMISSAROV, 1992). A expedição foi interrompida e von Langsdorff foi obrigado a retornar à Alemanha, onde padeceu o resto da vida os efeitos dos ataques dos mosquitos anofelinos – i.e., debilitamento físico e perda da capacidade mental.

Outro personagem ilustre que contraiu uma grave enfermidade tropical foi o inglês Charles R. Darwin (1809-82). Entre 1831 e 1836, ele viajou no navio *H.M.S. Beagle* e teve oportunidade de visitar o Brasil (Bahia e Rio de Janeiro); ele se encontrava em plena mocidade e exibia excepcional vigor físico. O naturalista quase perdeu a vida em razão dos sintomas iniciais da doença de Chagas, ocasionada por infestações de protozoários flagelados que atuam no sistema circulatório do homem e de outros vertebrados (BROWNE, 1995). O parasita é conduzido pelas fezes do barbeiro (*Triatoma infestans*, principalmente), inseto hematófago que deposita as fezes durante as picadas noturnas. A enfermidade provoca sintomas variados (e.g., febre, dor de cabeça, insônia, cardiopatia, dilatação do esôfago e cólon e problemas digestivos). A doença era endêmica no Brasil, mas parece que a contaminação ocorreu em Valparaíso, no Chile (1834); ela foi descrita pelo parasitologista brasileiro Carlos Chagas, cuja memória foi preservada no epônimo científico. As adversidades enfrentadas pelos naturalistas foram descritas pelo Príncipe Adalbert da Prússia, o qual participou de uma expedição à Amazônia (Setembro/1842 à Janeiro/1843)⁹.

Os relatórios elaborados pelos naturalistas nortearam os assentamentos de colonos e alguns deles tiveram envolvimento direto em projetos colonizatórios,

⁸ É uma referência a Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), autor de *História da independência do Brasil* (1854-57); ele era filho do Tenente-Coronel Franz Ludwig von Varnhagen (1782-1842), engenheiro alemão contratado por João VI para instalar a Fábrica de Ferro Ipanema/SP.

⁹ Edição brasileira: *Brasil: Amazonas-Xingú*. Brasília: Senado Federal, 2010.

como Freireyss que instalou colonos numa sesmaria na Bahia (1818) e organizou a vinda de suíços à Fazenda do Morro Queimados (1820, atualmente Nova Friburgo/RJ). O conhecido von Langsdorff mantinha a Fazenda Mandioca, situada aos pés da Serra dos Órgãos e onde trabalharam 40 famílias de alemães (1822), os primeiros trabalhadores agrícolas livres. As colônias instaladas na Bahia e a Fazenda Mandioca não atingiram os resultados esperados, pois os colonos se dispersaram diante das precárias condições e ineficiência administrativa.

A propaganda migratória

Os potenciais imigrantes sonhavam com a “terra em que se plantando tudo dá” e, às vezes, eram informados sobre a necessidade de “deitar fora os alforjes de ouro, para melhor transportar os diamantes” (HANDELMANN, 1931). Os moradores dos vilarejos não tinham idéia acerca das distâncias, diferenças climáticas, doenças mais comuns e ataques de animais de maus-bofes. Por outro lado, a Europa enfrentava uma severa estagnação econômica, os conflitos territoriais eram resolvidos de modo cruel e sangrento e a intolerância religiosa representava um sério risco à integridade física das pessoas. O mundo conhecido não oferecia boas perspectivas aos camponeses, enquanto as terras do Novo Mundo acenavam com outras oportunidades.

Os colonos chegavam completamente despreparados ao porto do Rio de Janeiro – i.e., vestuário impróprio para o clima tropical, não dispunham de ferramentas para realizar os desmates e não estavam habituados às peculiaridades do solo. Além disso, eles eram discriminados pelos luso-brasileiros, sofriam os ataques de índios e se deparavam com animais peçonhentos desconhecidos. Doenças triviais facilmente conduziam à morte e os colonos estavam praticamente expostos às intempéries, como se fosse uma criatura selvagem. Muitos imigrantes manifestaram o desejo de retorno à pátria, como ocorreu com os alemães, poloneses e italianos (GROSSELLI, 2009; CHELMICKI, 2010).

Alguns colonos foram enganados com o desvio para outros países, como ocorreu com um grupo de camponeses trentinos que desejavam migrar para o Brasil, mas terminaram a viagem na Guatemala. Alguns imigrantes tinham informações acerca das condições favoráveis das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas foram forçados a permanecerem no Rio de Janeiro, em razão da falta de recursos para uma nova viagem ao Sul do país (GROSSELLI, 2009). Os colonos eram seduzidos pela idéia de terem a posse de lotes cujo tamanho superava o de suas vilas, na Alemanha. As dificuldades iniciais eram enormes, mas os frutos do trabalho melhoravam a auto-estima e faziam suscitar o sentimento de liberdade. Padre Ambrósio Schüpp viveu muitos anos junto aos colonos do Rio Grande do Sul e manifestou suas opiniões sobre o assunto:

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

A história de cada um é quase sempre um entrecho de peripécias, de vicissitudes, de sofrimentos, de sacrifícios, em que não raro o dedo da bondosa providência aparece tecendo os seus fios da maneira mais comovente. Superados, porém, os primeiros obstáculos e vencidas mil dificuldades, o cuidado cedeu lugar à alegria, e o contentamento veio dissipar-lhes a nostalgia do torrão natal. O colono, que na velha pátria vivera em meio de necessidades e privações, podia agora olhar, como proprietário, para uma extensão de terra de uns 200 a 300 hectares (SCHÜPP, 2004; p.4-5).

Atualmente, muitos países impõem medidas restritivas aos imigrantes e a xenofobia agrava ainda mais seus infortúnios; a busca por novas perspectivas de vida é algo típico do ser humano, mas o imigrante se deparava com outros desafios, como a religiosidade, o idioma estranho aos ouvidos e a complexidade do sistema legal. No período colonial, existia algo diferente: as novas nações desejavam os imigrantes de nações amigas e estas chegavam a auxiliar seus habitantes a migrarem; as nações européias mantinham escritórios que prestavam auxílio aos potenciais migrantes e estes recebiam incentivos, como a isenção de pagamento das passagens e recebimento de recursos para aquisição de terras. Alguns países sofreram com a migração; eles perdiam os habitantes mais jovens e os vilarejos tornaram-se desabitados, como ocorreu em Portugal e Espanha.

Alertados para tais problemas, alguns países criaram medidas restritivas ao fluxo migratório, denunciando que a imigração era um horrendo “comércio de carne humana”. Por outro lado, os agenciadores usavam a inteligência e contavam histórias fantasiosas para atrair os imigrantes. Um agente dizia ser o Arquiduque Rudolf, o qual sentia profundo desgosto com a produtividade de suas fazendas e conclamava os moradores dos vilarejos a segui-lo ao Brasil. Outro agente vendia passagens ao Canadá, informando que a Princesa da Áustria se encontrava naquele país e, portanto, teria condições de zelar para que os compatriotas fossem bem acolhidos e agraciados com as melhores terras (LEHR & MORSKI, 1999). As imigrações davam lucros aos agenciadores e aos donos de veleiros, mas as antigas nações européias começavam a perceber as desvantagens no oferecimento de seus contingentes, pois migravam os indivíduos jovens e mais capacitados. Trata-se de um fenômeno semelhante à evasão de cérebros (*brain drain*) – i.e., a migração de jovens de países subdesenvolvidos para os EUA e Europa (GUERRA, 2007).

Os moradores da parte Ocidental da Ucrânia (Galícia e Bukoveyna) foram seduzidos com a propaganda migratória para o Brasil e Canadá.

As informações eram genéricas ou eram deliberadamente falsas, mas o governo pagava a viagem do porto de Gênova (Itália) e isentava de pagamentos ou subsidiava a aquisição de terras. Assim sendo, 50 famílias ucranianas se instalaram no Rio Grande do Sul por volta de 1895. Os agenciadores atuavam para formar os grupos de imigrantes; eles recebiam comissão ou eram pagos pelas autoridades locais, as quais tinham interesses em verem-se livres de seus pobres, ou das nações acolhedoras, as quais tinham interesses em povoar áreas inóspitas e desabitadas. Os proprietários dos veleiros também lucravam com o transporte da carga humana e repassavam aos agenciadores partes dos lucros.

A propaganda iludia propositadamente os moradores dos vilarejos, mas alguns relatórios infundiam pavor ou desestimulavam a imigração. Eles descreviam os animais ferozes e a enorme população de índios antropófagos. Acreditava-se que o clima tropical era desfavorável aos europeus, pois o calor intenso promovia a indolência e quebrantava os espíritos. No início do século 19, os naturalistas exibiam espanto diante da enorme variedade de espécies da fauna, mas notaram a inexistência de mamíferos de grande porte, como os ungulados e primatas antropóides encontráveis na África.

Os antigos tratados de medicina postulavam que os traços físicos e a personalidade eram resultantes de fatores ambientais. Com efeito, as raças expostas ao frio moderado desenvolveriam estatura elevada, belos corpos e temperamento sanguíneo (ativo e empreendedor), em contraste com aquelas que vivem em regiões de clima quente e úmido, como ocorre na maior parte do Brasil, os quais seriam susceptíveis ao histerismo, epilepsia, tuberculose, fraqueza muscular e indolência moral¹⁰. O ambiente era favorável aos “miasmas pútridos” e uma simples picada de inseto às vezes ocasionava grave infecção.

A travessia do Oceano Atlântico

As navegações ultramarinas representavam sérios riscos aos homens do mar. Eles estavam penetrando em áreas desconhecidas (zonas tórridas), as viagens duravam meses e as embarcações eram frágeis; a alimentação e o suprimento de água também contribuíam para elevação da mortandade, uma vez que a tripulação e os viajantes tinham que se contentar com os alimentos pobres ou estragados e consumiam águas pútridas. A ousadia e os feitos de Vasco da Gama foram comemorados por Camões, mas os versos apontam os infortúnios enfrentados pelos desbravadores (*Os lusíadas*, 1572).

¹⁰ *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* (15 de Fevereiro/1864).

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Os passageiros não dispunham de acomodações próprias, dormiam no chão e a alimentação era servida numa enorme vasilha, o que obrigava o uso das mãos ou o compartilhamento dos poucos talheres. É fácil vislumbrar os riscos de contaminações durante o longo período de viagem. Os passageiros estavam habituados aos ambientes amplos e bem arejados, mas eram submetidos a um longo período de confinamento num espaço exíguo e pouco iluminado; não existia nenhuma privacidade para o atendimento das demandas fisiológicas e o odor fétido era outro tormento. As tempestades e agitações do mar provocavam ruídos assustadores, molhavam os pertences e pareciam sinalizar o fim dos tempos.

A longa travessia do Atlântico significava o enfrentamento de forças desconhecidas, os vínculos parentais se perdiam com o tempo e muitos desesperançados encontravam moradia eterna no fundo do mar, conforme descrevem os versos de Guerra Junqueiro (*Finis patriae*, 1890). Outro grave problema eram os enjôos, os quais se iniciavam com uma forte e persistente dor de cabeça, seguida de vômitos, perda de apetite e prostração geral; a perda de líquidos e a repulsa ao alimento podiam resultar em morte, conforme descreveu exploradores experientes (ver: BÖSCHE, 1918; VON SPIX & VON MARTIUS, 1938).

As explorações marítimas tornaram-se mais seguras com os avanços tecnológicos (cartas náuticas e instrumentos de navegação), mas as viagens ainda consumiam muito tempo e os riscos foram apenas minimizados. As precárias condições sanitárias tornavam os passageiros susceptíveis à desnutrição e infestações parasitárias; os efeitos geralmente eram graves ou permanentes.

Mortandade. A taxa de mortandade nos navios negreiros era aproximadamente 5%, mas aumentava para 10% nos navios que conduziam os colonos ao Novo Mundo. A discrepância foi explicada em razão dos cuidados que os agentes tinham em relação ao tipo de carga – os negros eram mais valiosos que os brancos, os quais se ajeitavam da melhor forma possível. Em ambos os casos, as mortandades eram freqüentes e os negros chegavam ao destino com o corpo coberto de escamas branquicentas (sarna). Eles contavam com assistência médica e os prejuízos (mortes) eram compartilhados entre o capitão, piloto, médico e o proprietário da carga. Por seu turno, os colonos estavam entregues à própria sorte e os cadáveres sequer recebiam sepultamento cristão – eram simplesmente lançados ao mar! Os relatos de Carl Schlichthorst, oficial do Exército Imperial do Brasil, descrevem os cuidados que se tinha em relação aos escravos:

Nos próprios navios negreiros, o espaço não é tão apertado como geralmente se imagina. Um barco que na Europa receberia 300 passageiros transporta na África 400 negros. Durante a travessia,

a ordem é modelar e os escravos são alternadamente empregados no serviço de convés e guardados no porão. Dão-lhes alimentação adequada à sua natureza e aconselhada pela experiência de muitos anos: arroz, farinha de mandioca e muito poucas comidas salgadas. Favorecem o mais possível a aproximação dos dois sexos, o que conserva sadios e alegres esses inocentes filhos da natureza. Como o capitão e os outros oficiais são interessados na carga, a cobiça os leva a ter o maior cuidado na conservação e tratamento dos pretos. Um médico zela por sua saúde corporal e um capelão, pela espiritual. Em regra, todos são batizados antes do embarque, marcando-se com um ferro quente uma pequenina cruz, no peito dos novos cristãos (SCHLICHTHORST, 2000; p. 136).

A mortandade nos navios negreiros deve ser descrita com outras cores, pois os registros de von Spix e von Martius (1938) revelam que as taxas ultrapassavam a 10%. A alimentação monótona e deficiente, a água contaminada e a superpopulação nos navios eram fatores mais relevantes, sem contar os enjões inevitáveis àqueles que nunca haviam colocados os pés num navio; as freqüentes calmarias e ventos contrários prolongavam o sofrimento e quebrantavam os espíritos. As taxas de mortandade foram razoavelmente bem documentadas: no ano de 1817, dos 20.075 escravos embarcados para o Rio de Janeiro, perderam-se 2.342 vidas durante a viagem; no ano seguinte, constatou-se que 22.231 embarcaram, mas morreram 2.429 na viagem. Em certas circunstâncias, as taxas de mortandade ultrapassavam a 50% e os sobreviventes chegavam ao Rio de Janeiro com graves doenças infecto-contagiosas, de modo que muitos morriam nos primeiros anos no Brasil (VON SPIX & VON MARTIUS, 1938).

Diversos estudos revelam que a mortandade nos navios negreiros era elevada, diferentemente da opinião do Tenente Schlichthorst (GORENDER, 1985). Os navios negreiros eram conhecidos como “tumbeiros” devido às elevadas taxas de mortalidade verificadas a bordo – 30 a 40%! As condições de transporte dos escravos e colonos eram distintas, mas é honesto admitir que as mortes fossem eventos triviais em ambos os casos. Os escravos eram capturados em plena mocidade e eram imediatamente encaminhados às colônias do Novo Mundo; eram majoritariamente adolescentes, do sexo masculino e sequer tinham conhecimento do destino final das viagens. Os infortúnios dos escravos apenas servem de referência para se entender os riscos inerentes às viagens ultramarinas, mas as mortes eram ocasionadas por vários fatores, entre os quais as condições climáticas, idade e condições de saúde do imigrante, conforto e velocidade desenvolvida pelas embarcações.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Os membros das famílias eram separados e muitas vezes eram embarcados junto com os inimigos de suas vilas. O sofrimento dos escravos ganhou cores fortes no poema de Castro Alves, os quais descrevem a superlotação nos “túmbeiros” e o trágico destino dos gravemente enfermos: “... Hoje... o porão negro, fundo,/ Infecto, apertado, imundo,/ Tendo a peste por jaguar.../ E o sono sempre cortado pelo arranco de um finado,/ E o baque de um corpo ao mar...” (*Navio negreiro*, 1868).

Os colonos europeus enfrentavam outras adversidades, mas geralmente eles embarcavam com suas famílias (crianças, idosos e enfermos), traziam alguns pertences e eram motivados pela perspectiva de melhores condições de vida. Os atuais transatlânticos oferecem conforto e segurança a um número superior de passageiros, muito diferente das condições oferecidas pelos antigos veleiros, pois eram comuns os naufrágios e ataques de piratas; o aproveitamento do exíguo espaço era maximizado, de modo a exigir procedimentos complexos e rigorosa disciplina para tornar harmônico o relacionamento daqueles que foram embarcados de modo involuntário (escravos e prisioneiros). Por outro lado, a elevada taxa de mortalidade dos escravos era compensada com a maximização do aproveitamento do espaço interno, pois era simples “comércio de carne humana”.



Figura 2

A viagem dos colonos às terras do Novo Mundo. As acomodações e as precárias condições sanitárias explicam as elevadas taxas de mortalidade nos veleiros.

Fonte: Braun, 2012

Disciplina a bordo. Theodor Bösche fez uma descrição do interior do *Wilhelmine*, navio de três mastros que o trouxe do porto de Hamburgo ao Rio de Janeiro (1825). Os passageiros eram compostos por colonos e soldados recrutados pelo Major von Schäffer, inclusive os condenados das prisões de Mecklemburgo, os quais chegaram acorrentados ao local de embarque. Os camarotes do *Wilhelmine* eram destinados ao capitão, aos dois pilotos e ao corpo de oficiais designador por von Schäffer; o tombadilho tinha duas divisões, a maior destinada aos soldados e a menor, aos colonos casados. Uma ou duas famílias de colonos se acomodavam num camarote, enquanto sete soldados se acomodavam da melhor forma possível em outro de idêntico tamanho; tendo em vista o aproveitamento máximo do exíguo espaço, os soldados dormiam enfileirados e na posição antípoda – i.e., onde um descansava a cabeça, o vizinho repousava os pés –, o que ocasionava xingamentos e protestos quando, por exemplo, o primeiro deles tinha que se levantar e era obrigado a rastejar sobre os corpos dos vizinhos. Algumas autoridades imperiais foram vítimas de comentários depreciativos, mas o oficial Bösche cometeu um disparate ao informar as pessoas trazidas pelo navio *Wilhelmine*: 650 soldados, 160 criminosos removidos das prisões de Mecklemburgo e 50 famílias de colonos, perfazendo um total de 900 passageiros!

A manutenção da disciplina a bordo era motivo de preocupação, em razão das características dos passageiros e o número inferior de tripulantes. Motins eram julgados com severidade e facilmente resultavam em fuzilamentos. Com efeito, a galera *Germania* chegou ao Rio de Janeiro (14 de Setembro/1824) trazendo 276 colonos; a viagem durou 106 dias e o grupo era composto por mulheres, crianças, um capitão, um médico e 182 homens que se destinavam ao serviço militar. O comandante Hans Voss relatou que houve um levante em alto mar (3 de Julho), o que resultou em graves conseqüências: cinco revoltosos foram sumariamente fuzilados e dois se lançaram ao mar¹¹. Logo após o desembarque, os demais amotinados foram conduzidos à prisão na Ilha das Cobras; um deles deveria ser extraditado para a Alemanha, mas julgou-se conveniente que fosse alistado no Batalhão de Estrangeiros (DE SOUZA, 1976).

Duração das viagens. Os colonos recebiam, na maioria das vezes, alimentação adequada (i.e., toucinho, batatas, ervilhas, chá e café, alternadamente, e cachaça uma ou duas vezes), mas as viagens tinham duração incerta e a qualidade do serviço de bordo piorava logo nos primeiros dias. Outras coisas ocorreram no navio que trouxe Schlichthorst ao Brasil. Ele lembrou que o capitão do navio ofereceu carne fresca e peixe durante o longo tempo de espera (três meses) no Elba e no porto de Hamburgo, em razão dos ventos contrários; após 65 dias no mar, ele constatou que o estoque de alimento ainda dava para alimentar os colonos por mais de um mês. O problema não era falta de alimento, mas as condições sanitárias.

¹¹ Os números são imprecisos, pois Bösche (1918) informou o fuzilamento de oito amotinados.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

A jornada completa (tempo de espera e a duração da viagem) somava 155 dias, sem contar o complicado deslocamento dos colonos de suas vilas ao porto de Hamburgo. Von Schäffer não teve o mínimo cuidado com as condições sanitárias, embora fosse médico, e os passageiros sofreram desnecessariamente. Uma “junta médica” se formou espontaneamente, o que garantiu uma redução da mortandade (29 mortos, apenas 10% da carga humana!). Von Schäffer era negligente em relação às necessidades dos passageiros e não aceitava, por egoísmo ou vaidade, a opinião dos tripulantes. Em certo momento, ainda esperando os ventos favoráveis para iniciar a viagem, o Embaixador do Rei da Prússia veio à bordo para reclamar a “devolução” de alguns súditos prussianos. Von Schäffer ordenou o atendimento da solicitação, mas, antes do desembarque e na presença das autoridades, os pobres-coitados foram severamente espancados e tiveram os rostos lambuzados com pixe. Foi um espetáculo brutal e gratuito, mas revelador do *modus operandi* do Major von Schäffer¹².

Um estudo realizado com 28.000 imigrantes (435 mortos durante a viagem) revelou as principais causas da mortandade. A análise foi restrita aos anos 1836-53 e em relação aos imigrantes alemães que se destinavam aos portos de Nova York/EUA. É importante ressaltar que os passageiros não enfrentaram condições tão adversas quanto os imigrantes que se destinavam ao Brasil, pois as distâncias eram menores, as viagens duravam menos tempo e os passageiros contavam com os confortos oferecidos pelos vapores. Com efeito, ficou evidente que as taxas de mortandade são relativamente reduzidas quando os imigrantes exibem idade em torno de 25 anos, pertencem à classe social elevada, o embarque tenha sido realizado nos portos de Antuérpia-Havre (Holanda) ou Bristol-Glasgow (Escócia), com desembarque em Nova York nos meses de verão. Por outro lado, as chances de sobrevivência se reduzem significativamente nas seguintes condições: idade abaixo de 1 ano, indivíduo pertencente à família de operários, embarque nos portos de Hamburgo e Rotterdam (Alemanha) e desembarque em Nova York nos meses de inverno. Levando em conta os registros estatísticos, notou-se que os últimos imigrantes estavam cerca de 150 vezes mais expostos aos riscos de mortandade durante as viagens aos EUA (COHN, 1987).

Preço das passagens. O Brasil muito tardiamente resolveu implantar medidas de apoio à imigração de colonos europeus. A poderosa colônia do Norte (EUA) já estava adiantada neste processo, pois desde o início do século 18 que ela vinha recebendo sistematicamente levas de colonos alemães,

¹² Schlichthorst não economizou xingamentos para descrever von Schäffer – traficante de carne humana, mentiroso, descarado e assim por diante. O seu livro teve tiragem reduzidíssima e a publicação foi subscrita por autoridades, livreiros e instituições acadêmicas; a maioria se contentou com um ou dois exemplares, mas von Schäffer subscreveu 25 exemplares!

os quais se somavam aos ingleses, escoceses e irlandeses. Vários fatores explicam esse notável fluxo migratório em direção ao Norte: a Inglaterra contava com uma poderosa frota naval, a vocação mercantil e o domínio dos mares estimulavam a ocupação territorial e as condições climáticas eram parecidas. Os colonos tinham como primeira opção os EUA e eram movidos pelo pragmatismo – i.e., maior proximidade das colônias americanas. O país recebeu maior volume de imigrantes alemães e a maior parte se instalou nas colônias da Filadélfia e Pensilvânia, onde muitos cidadãos atuais descendem desses pioneiros (TAYLOR, 2003).

Além da motivação e da coragem para realizar a mudança para um país desconhecido, os imigrantes tinham que providenciar uma considerável poupança para o pagamento das passagens e enfrentar os anos iniciais nas terras do Novo Mundo. Algumas obras informam que os colonos alemães geralmente eram pobres ou analfabetos, mas o planejamento para realizar a travessia do Atlântico e o elevado custo das passagens sugerem que eles não eram pessoas miseráveis ou ignorantes. Além disso, vários pioneiros escreveram obras interessantes e desempenharam papel de destaque em eventos históricos do nosso país.

O custo das passagens era considerável, embora não houvesse tabelamento; as crianças de colo eram isentas de pagamento e havia a possibilidade de desconto para as famílias numerosas. Entretanto, o custo das passagens era razoavelmente elevado, pois um adulto tinha que despende 35\$000 para viajar num veleiro de Lisboa ao porto do Rio de Janeiro, lembrando que um lavrador geralmente não conseguia receber remuneração diária superior a 200 réis (LEITE, 1991). É possível que os colonos que se dirigiam ao Brasil tivessem melhor poder aquisitivo, pois as passagens de Hamburgo até os portos de Nova York ou Nova Orleans custavam entre 28 a 32 thalers, enquanto que até às colônias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul elas custavam até o dobro do preço – 52 a 58 thalers (SIRIANI, 2005)¹³. Eles enfrentavam condições extremamente adversas e se destinavam aos portos do Rio de Janeiro, mas tinham que empreender nova e desconfortável viagem aos estados do Sul do país.

Avanços tecnológicos. Os infortúnios dos imigrantes diminuíram com a implantação de medidas legais que coíbiam o “comércio de carne humana”, mas as inovações tecnológicas foram os fatores mais relevantes para a redução dos infortúnios dos imigrantes. Com efeito, os navios vapores trouxeram mais conforto e segurança aos passageiros que se dirigiam às colônias do Novo Mundo (Brasil e EUA). Os navios veleiros de carreira tinham de 200 a 400 toneladas e transportavam de 100 a 200 passageiros; eles eram lentos,

¹³ O que significa esses valores? O oficial Schlichthorst (2000) informa duas coisas: 1 thaler era mais ou menos equivalente a 1\$000 (um mil réis) e um major recebia soldo mensal de 45\$000 (quarenta e cinco mil réis). São valores aproximados, mas eles revelam que as passagens nos veleiros custavam mais que o soldo mensal de um oficial superior.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

insalubres e a duração das viagens dependia das características das embarcações, habilidades do comandante e ventos favoráveis. Os passageiros sabiam o momento de embarque, mas não tinham previsão da data de chegada ao destino.

Os vapores eram mais rápidos, seguros e confortáveis, de modo que os veleiros gradativamente desapareceram do cenário migratório. As passagens nos vapores eram 30 a 50% mais caras, mas os passageiros de 3ª classe usufruíam mais conforto e segurança que num veleiro de carreira. Foi um enorme estímulo à migração. Inicialmente, os vapores tinham cerca de 1.000 toneladas, mas na I Guerra Mundial alguns deles ultrapassavam a 8.000 toneladas; os avanços tecnológicos permitiram o transporte de maior número de passageiros e gradativamente houve redução nos custos das passagens.

O conforto psicológico também merece ser comentado. A instalação de energia elétrica permitiu melhor conservação do alimento e iluminação do interior das embarcações; os passageiros podiam circular livremente pelo convés e as conversas preenchiam os momentos de monotonia. A redução da mortalidade nas embarcações foi ocasionada por alguns fatores, como o surgimento de uma legislação que limitava o número de passageiros e determinava as condições mínimas de conforto nas embarcações, mas os avanços tecnológicos foram os fatores mais decisivos. Os imigrantes que se dirigiam às colônias do Novo Mundo despendiam até 3 meses numa viagem perigosa e desconfortável, mas os modernos transatlânticos realizavam o mesmo percurso em apenas sete dias¹⁴. Tais embarcações exibiam maior capacidade de transporte e, conseqüentemente, houve redução nos custos das passagens. Foi um poderoso estímulo à imigração.

A corte portuguesa no Brasil

Desde o descobrimento (1500) até o início do século 19, o Brasil manteve-se fechado ao mundo. Não existia uma política de colonização, mas, sim, uma política de exploração dos recursos naturais, principalmente especiarias e metais preciosos. Entretanto, alguns avanços começaram a ocorrer a partir de 1808, ocasião em que as tropas napoleônicas invadem Portugal e o príncipe regente é forçado a transferir a corte para o Brasil. Talvez para atenuar um pouco a imagem de colonizador anti-civilizatório ou, o que é mais provável, para dissipar um pouco o aspecto atrasado do ambiente a que ele fora condenado a viver, João VI promove a instalação de importantes instituições científicas no país. É nessas circunstâncias que surgem o Jardim Real (13 de Junho/1809) e o Museu Real (26 de Maio/1818).

¹⁴ *The New Encyclopædia Britannica – Macropædia*. Transportation (Volume 29, pp. 752-865). Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., 1986, e *Chambers dictionary of world history*. Edimburgo: Chambers, 1993. Ver: LEITE (1991) e BARKER (1998).

O ensino superior estava restrito a algumas escolas de engenharia, medicina e direito, mas inexistiam universidades no Brasil. Conta-se que João VI teve idéia de criar duas instituições dessa natureza – uma no Sudeste (Rio de Janeiro ou São Paulo) e outra no Nordeste. Imaginou-se que a tarefa deveria ficar aos encargos de José Bonifácio, mas as atribuições políticas e o retorno de João VI à Portugal não fizeram prosperar tais planos. Intelectuais e naturalistas alemães elaboraram um plano para instalação de universidades no país, como fizera J. Garcia Stockler, filho de um cônsul alemão das Cidades Hanseáticas; os projetos não prosperaram, em razão da oposição daqueles que enxergavam certas vantagens da dependência do Brasil em relação à Portugal (VON SPIX & VON MARTIUS, 1938).

A abertura dos portos às nações amigas (26 de Janeiro/1808) e a proclamação da independência (7 de Setembro/1822) são dois momentos importantes na história da colonização no Brasil. A colônia era sub-povoada e se encontrava fechada ao comércio internacional e aos potenciais imigrantes não-portugueses, mas os dois episódios forçaram mudanças importantes na política colonizatória. A abertura dos portos tinha propósitos econômicos, mas o decreto trouxe benefícios científicos e tecnológicos ao Brasil. Ele foi idealizado por José da Silva Lisboa ou Visconde de Cairu (1756-1835), ilustre baiano que conhecia bem as idéias do inglês Adam Smith acerca dos fatores que promovem a riqueza das nações. João VI se viu compelido a acolher as opiniões de seu conselheiro e a medida encheu os portos brasileiros de navios estrangeiros, os quais traziam novos produtos e *commodities*.

Os especialistas estrangeiros descreviam as oportunidades que o Brasil oferecia. É o momento em que o país é inserido no cenário científico, pois a abertura dos portos permite a vinda sistemática de naturalistas alemães, como Georg W. Freireyss (1813), Friedrich Sellow (1814) e o Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied (1815). Um pouco mais tarde vieram Karl Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix (1817), os quais realizam estudos minuciosos sobre a fauna e flora brasileira.

A proclamação da independência do Brasil trouxe novas responsabilidades aos dirigentes e revelou a necessidade de ocupação das terras desabitadas. O governo imperial adotou certas medidas que facilitaram as expedições científicas, para delimitação de suas fronteiras e conhecimento dos recursos naturais, bem como permitiu o início sistemático do fluxo migratório. É claro que os portugueses vieram em maior número, antes e depois da proclamação da independência, e o tráfico negreiro deixou marcas profundas na nossa cultura, mas outras nacionalidades também foram envolvidas nesse movimento. São as ocasiões em que as colônias alemãs se instalam no país.

Personagens relevantes

As autoridades portuguesas decidiram tardiamente abrir as portas do Brasil à colonização, com exceção, é claro, dos colonos portugueses e o tráfico negreiro. A partir da transferência da família real para o Brasil, foram criadas instituições importantes, a atividade cultural foi impulsionada e o país começou a receber a visita de naturalistas de várias nacionalidades, notadamente os alemães. É o momento em que as autoridades abrem as portas do Brasil aos imigrantes. Alguns personagens se destacaram nesse processo, como podemos examinar logo abaixo.

D. Leopoldina de Habsburgo (1797-1826). É a Imperatriz do Brasil, a primeira esposa de Pedro I e cujo nome completo é Caroline Josepha Leopoldine Franziska Ferdinanda von Habsburg-Lorena. Ela era pertencente à nobreza alemã e, indubitavelmente, possuía boa formação científica. O casamento com Pedro I se deu em 1817 e a imperatriz trouxe em seu séquito alguns naturalistas, como J.E. Pohl (botânico), Johann von Natterer (zoólogo) e J.C. Mikan (entomologista); alguns meses depois vieram J.B. von Spix e K.F.P. von Martius, autores de uma admirável obra sobre a flora e fauna brasileira. A troca de correspondência com a amiga Maria Graham (1785-1842) revela a solicitação de instrumentos e livros sobre mineralogia, ao mesmo tempo em que a imperatriz encontra oportunidade para se queixar da ignorância dos súditos¹⁵. Leopoldina estimulou as pesquisas científicas, tinha boa formação intelectual e possuía uma formidável coleção geognóstica, a qual foi enriquecida no Brasil e acabou sendo transferida para o Museu Imperial (VON SPIX & VON MARTIUS, 1938; LEINZ, 1955).

Handelmann (1931) informou que Leopoldina era estimada pelos colonos alemães, o que é verdade, mas era destituída de elevados dotes pessoais, o que não é verdade. O oficial Seidler (1951) descreveu os belos traços físicos de Leopoldina, como os cabelos louros e cacheados, olhos azuis, nariz anguloso e ligeiramente adunco e a testa alta e “sonhadora”. O seu relacionamento com Pedro I era tumultuado, em razão da incompatibilidade de gênios e o envolvimento deste em relações extra-maritais com a Marquesa de Santos. Leopoldina morreu repentinamente (11 de Dezembro/1826), ocasião em que o imperador se encontrava no Rio Grande do Sul vistoriando suas tropas que atuavam na revolta da Cisplatina.

D. Leopoldina se encontrava nos últimos estágios da gravidez e foi vítima de um parto mal sucedido, conforme informam os relatos de Maria Graham. Suspeitou-se que a morte fora resultante de maus-tratos ou que Pedro I ordenara o envenenamento, mas parece que as suspeitas eram ocasionadas pela veneração que os alemães tinham pela imperatriz. Conta-se que a Marquesa de Santos impediu o acesso dos filhos ao quarto onde agonizava a imperatriz,

¹⁵ *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2010.

o que agravou ainda mais os seus infortúnios. Os rumores deixaram inquietos os alemães do Corpo de Estrangeiros, os quais se encontravam estacionados na Praia Vermelha e quase se envolveram numa rebelião.

A imperatriz estimulou a vinda dos primeiros naturalistas ao Brasil, os quais elaboraram relatórios que serviram aos propósitos migratórios. Ela foi patrocinadora do Museu Nacional e estimulou o desenvolvimento das ciências naturais (LEINZ, 1955; PINTO, 1955). A leitura de suas cartas revela que Leopoldina teve atuação em convencer o volúvel Pedro I a declarar a Independência do Brasil (1822). A imperatriz é pouco lembrada nos estudos sobre a presença germânica no Brasil, mas ela é reverenciada pelos compatriotas e a sua memória foi preservada no nome dos assentamentos originais: Leopoldínia (Caravelas/BA, 1818) e São Leopoldo (São Leopoldo/RS, 1824).

G.A. von Schäffer (1779-1836). Outro personagem injustamente esquecido nos estudos sobre a colonização alemã é Georg Anton von Schäffer (1779-1836), médico cirurgião do exército russo e que ocupou o posto de major no exército imperial de Pedro I. Conta-se que ele dominava quatro idiomas (alemão, francês, português e latim) e era hábil em conquistar simpatias através de falas sedutoras. Von Schäffer nasceu em Münnerstadt, na vila Frankenthal (Vale dos Francos); ele era filho de um modesto moleiro e adicionou o *von* ao sobrenome para valorizar a si mesmo. Algumas fontes apontam que, em razão de prováveis problemas disciplinares ele não conseguiu finalizar os requisitos para a graduação na Universidade de Göttingen (JOESTING, 1984), mas os documentos indicam que ele realizou defesa pública e obteve o grau de Doutor em Medicina, Cirurgia e Obstetrícia na referida universidade (1803). Conta-se que von Schäffer se dedicou à construção de balões em Moscou para monitorar a movimentação das tropas de Napoleão (1812); como prova de sua capacidade intelectual, apontamos que ele foi designado membro correspondente (1826) da prestigiosa Academia de Ciências de Paris (DE SOUZA, 1976).

O audacioso explorador organizou a vinda de colonos alemães para o Brasil e seu nome está associado aos assentamentos iniciais (Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). Von Schäffer também é personagem lembrado na história do Haváí, pois ele foi representante da Companhia Russo-Americana e suas ações interferiram na unificação das Ilhas Sandwich. Os especialistas russos e americanos valorizam suas atividades como médico (Dr. Schäffer), mas, nas poucas ocasiões em que os especialistas brasileiros a ele se referem, lembram o seu posto militar (Major Schäffer); os compatriotas às vezes a ele se referem como Cavaleiro von Schäffer.

A descoberta das ilhas Sandwich pelo Capitão James Cook (1778), explorador inglês, inaugurou novas rotas de comércio de peles, especiarias e alimento.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Na segunda viagem, o explorador foi morto nas escaramuças com os nativos, mas os ingleses perceberam o valor estratégico das ilhas para o comércio e domínio naval; era uma cabeça-de-ponte ligando o Ocidente ao Japão e China.

As aventuras de von Schäffer na região tiveram início em 1815, ocasião em que o navio Bering, propriedade da Companhia Russo-Americana, naufragou na região e acaba sendo confiscado pelos nativos. Ele é designado para, através de ações diplomáticas, recuperar a propriedade ou obter alguma indenização em favor da Rússia. As Ilhas Sandwich eram independentes e existiam rivalidades entre os monarcas, de modo que von Schäffer vislumbrou ótimas oportunidades para ampliar o comércio de peles e víveres. O navio havia sido confiscado por Kaumualii, monarca da Kauai, e a missão de von Schäffer consistia em conquistar a confiança de Kamehameha I, visando a compensação para o governo russo.

Ao visitar a região (final de 1815), von Schäffer visita as ilhas Sandwich pela primeira vez e encontra Kamehameha I e a esposa acometidos de uma forte febre e empresta suas habilidades para curá-los da enfermidade. Em sinal de gratidão, o monarca concede direitos a von Schäffer para estabelecer uma colônia em Oahu, o que garante direitos à pesca e exploração de atividades de agropecuárias, mas ele não foi bem sucedido em seus planos de resgate do Bering ou obtenção de alguma compensação financeira em favor do governo russo.

Em Maio de 1816, von Schäffer desembarca na ilha Kauai e é bem sucedido nas tratativas com Kaumualii. Um acordo secreto assegura a compensação pela perda do Bering, mas os termos eram mais abrangentes e envolviam a soberania das ilhas Sandwich. Com efeito, von Schäffer solicitou recursos para construção de fortalezas, aquisição de armas e navios para invasão das ilhas Oahu, Lanai, Maui e Molokai, as quais Kaumualli alegava que pertenciam ao seu reino. Ele assegurou aos russos a metade da ilha Oahu, direitos exclusivos à exploração de sândalo e de construção de benfeitorias nas ilhas. Kaumualii foi persuadido a colocar seus domínios sob proteção do Czar Alexandre I, embora ele tivesse entrado em acordo com Kamehameha I (1810) estabelecendo que a ilha Kauai não pertencia ao seu reino. As tratativas com von Schäffer mudavam completamente o cenário político das ilhas Sandwich.

O explorador alemão deu início às construções do Forte Elizabeth (homenagem à esposa de Alexandre I), Forte Alexandre e Forte Barclay; as edificações estavam posicionadas em locais estratégicos nas ilhas Waimea e Hanalei. Por ocasião da visita de Otto Kotzebue, comandante do navio russo *Rurik*, Alexandre I foi alertado acerca dos excessos perpetrados pelo funcionário da Companhia Russo-Americana. Em Maio de 1817, Kaumualii renuncia aos acordos com von Schäffer e este se vê forçado a abandonar as ilhas Sandwich (BOLKHOVITINOV, 1973; TUMARKIN, 1979; JOESTING, 1984; MILLS, 1996).

As intrigas de von Schäffer causaram instabilidade política na região, mas contribuíram para unificação do governo e o surgimento do atual Havaí. As ilhas tornaram-se protetorado dos EUA (1898) e em seguida foram incorporadas ao seu território (1900). Após tais turbulências, o explorador volta as suas atenções para o Brasil.

Os compatriotas não tinham von Schäffer em elevada estima. Ele foi acusado de ter tosquiado ovelhas inocentes para tecer um pelego para si próprio e que a propaganda espalhafatosa do “cão de Münchhausen” foi responsável pela imigromania germânica (SEIDLER, 1951) – as palavras são rancorosas, mas elas revelam o papel desempenhado por von Schäffer na colonização germânica do Brasil. Esse controverso personagem foi descrito como um “homem de expressão sombria, de olhos pardos espreitadores e agudos e cuja calvície lhe conferia um aspecto hostil e inquietador” (BÖSCHE, 1918; p. 141). O “Messias da terra da promessa” usufruía da amizade de D. Leopoldina, a qual o encarregava de execução de tarefas variadas (intermediação junto aos ministros, provisão de dinheiro e até compra de cães e cavalos). Os compatriotas usavam uma coleção de vitupérios para designar o explorador, mas Leopoldina o tratava de outra forma: era o “excelente Schäffer”. As cartas revelam a troca de confidências e as funções desempenhadas na corte imperial:

O Imperador encarrega-me agora de participar-lhe que o nomeou seu Agente de Negócios (*Chargé d’Affaires*) mais de que Cônsul – nas cidades Hanseáticas e na Saxônia Baixa – que V.M. receberá todo o dinheiro que requisitar e que V.M. deve remeter o mais cedo que for possível os 2.000 homens que já escreveu-me haver apromptados, V.M. conclua por isso o trabalho gigantesco que tive e procure pelo amor de Deus, me arranjar 120.000 Gulden ou 40 Contos em moedas daqui, sinão fico numa posição desesperada, visto que os egoístas e hypocritas Portuguezes não ficarão calados. Rogo a V.M. esta prova de amizade e mande-me o dinheiro (S. Christovão, 15 de Março de 1825)¹⁶.

Von Schäffer conquistou muitos opositores no Brasil e na Alemanha, em razão de suas atitudes enérgicas e soberbas, mas muitos desses opositores vieram para o Brasil com enormes anseios e se depararam com uma situação dura e bem diferente daquela imaginada. Eles descarregaram suas frustrações sobre von Schäffer, sem reconhecer os serviços prestados.

¹⁶ Cartas inéditas da 1ª Imperatriz D. Maria Leopoldina (1821-1826). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXV, parte II: 110-27, 1912.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

O prestígio do controvertido personagem começou a decair a partir da morte de Leopoldina e se tornou evidente quando ele foi encarregado das negociações brasileira junto à Dieta Germânica, pois a indicação foi rejeitada pelos compatriotas (1827); a abdicação de Pedro I (1831) e os novos rumos tomados pelo Brasil tornaram a sua situação insustentável. Não obstante isto, von Schäffer tinha intenção de fundar um jornal e sentia especial satisfação em exibir suas honrarias e distinções (Oficial da Ordem de Cristo e da Ordem do Cruzeiro do Sul), as quais sinalizavam o seu prestígio junto ao imperador Pedro I. Apesar de seus métodos questionáveis e gênio intratável, a importância de von Schäffer foi reconhecido nos comentários abaixo:

É com surpresa que verificamos os resultados da missão de Jorge Antonio Schaeffer. Lutando com as dificuldades de toda a sorte, conseguiu enviar para o Brasil, durante alguns anos consecutivos, um número considerável de colonos que, na grande maioria, se arraizaram na terra que se estabeleceram. Nem todos – é verdade – eram artífices e lavradores, honestos e morigerados; mas isso é da própria natureza humana. De mistura com os bons, aportaram aqui alguns que não prestavam para nada. A porcentagem, porém, não deveria ser grande, tanto que, desde o início, foram notados pelos próprios patrícios, como tivemos ocasião de mostrar. Estes maus elementos, principalmente entre os soldados, não desmereceram os resultados obtidos por Schaeffer (DE SOUZA, 1976; p. 106).

Qual foi o destino final do Major von Schäffer? Ele evitava circular entre os compatriotas que residiam no Rio de Janeiro ou em Hamburgo, temendo ser cobrado por suas embromações; não sabemos por onde ele andou nos últimos anos de vida. Sabe-se que ele ganhou muito dinheiro com o “tráfico de carne humana” e usufruía de algum prestígio junto às autoridades dos dois lados do Atlântico. Alguns relatos descrevem que o “navegador mundial” buscou junto a Pedro I uma compensação pelos serviços prestados, mas o império estava convulsionado pelas guerras e não dispunha de recursos. Entretanto, o imperador promove von Schäffer a Tenente-Coronel da Guarda de Honra e o aconselha a buscar refúgio nas florestas brasileiras, tendo em vista que se tornara “um objecto de horror tanto para os Brasileiros como para as tropas allemans”. Assim sendo, um compatriota sugeriu que von Schäffer terminou o período invernal de sua vida de modo miserável e junto à indiada dos sertões brasileiros (BÖSCHE, 1918; p. 199).

As postulações acima nada têm de consistente. Sabe-se que, a partir de Julho/1828, von Schäffer esteve hospedado na casa de Wilhelm Ten-Brink, vice-cônsul da Liga Hanseática; numa de suas cartas, ele se queixava da saúde debilitada e manifestava o desejo de retornar à Alemanha, em busca de cura através de banhos quentes. Ele temia por sua vida, pois ele fora o motor da colonização, e não sabemos se seus inimigos se encontravam no Brasil ou em sua pátria. Entretanto, a 21 de Novembro/1829, ele já se encontrava em Bremen, o que sugere que seus temores tinham raízes entre os compatriotas instalados no Brasil.

As hipóteses acerca do passamento de von Schäffer são baseadas nos comentários obscuros de Bösch e, embora implausível, eles foram replicados ou ganharam elementos adicionais nas obras de Seidler, Schlichthorst e outros que vieram a seguir. Com efeito, elas apontam que o passamento de von Schäffer tenha ocorrido na colônia Leopoldínia/Frankenthal ou que o esperto e audacioso aventureiro despendeu os últimos dias de sua vida às margens do rio Doce, debilitado pelos efeitos do alcoolismo crônico e prestando auxílio aos inácianos na catequese dos índios botocudos¹⁷. Novamente, as especulações não têm sentido, tendo em vista o desapego de von Schäffer aos jesuítas e aos índios do Brasil.

Os diálogos entre Pedro I e o “navegador mundial” só existiram na imaginação do rancoroso Bösch, pois ele não usufruía da intimidade do imperador e tampouco von Schäffer era capaz de permitir tal licenciosidade. O audacioso aventureiro ainda teve a extravagância de subscrever 25 exemplares do livro do Tenente Carl Schlichthorst (1829), o que comprova que na ocasião ele se encontrava na Alemanha, onde provavelmente faleceu sem deixar registro.

G.H. von Langsdorff (1774-1852). Enquanto von Schäffer foi o personagem mais audacioso e até mal-visto pelos compatriotas, von Langsdorff foi o idealista que instalou trabalhadores alemães livres, mas não donos de terras, na Fazenda Mandioca. Até as primeiras décadas do século 19, nenhum estrangeiro podia circular livremente pelo país, muito menos podiam adquirir propriedades no Brasil – exceto, é claro, os portugueses. As restrições religiosas favoreciam o catolicismo e a constituição imperial era uma séria barreira aos exercícios espirituais não-católicos; era algo diferente daquilo que ocorria nas colônias da América do Norte, para onde afluíam a maioria dos contingentes suíços e alemães. O projeto de von Langsdorff não inaugurou o fluxo migratório alemão para o Brasil, mas foi inovador sob alguns aspectos.

A Fazenda Mandioca era uma antiga sesmaria que foi comprada do sargento-mor Manoel Joaquim de Oliveira (28 de Setembro/1816); ela estava situada nos limites da Baía da Guanabara, entre a Serra da Estrela e a Serra dos Órgãos.

¹⁷ A excelente apresentação do livro de Carl Seidler (1951), da lavra do Coronel F. de P. Cidade, descreve as hipóteses acerca do destino final de von Schäffer.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Além do uso de trabalhadores livres, von Langsdorff realizou importantes benfeitorias, implantou o cultivo simultâneo de diferentes produtos (café, milho, batata, banana, noz moscada e, é claro, mandioca). A fazenda ainda contava com cerca de 20 a 40 escravos, tinha 25km² de extensão e foi a primeira propriedade rural a fazer uso de arado de ferro (VON SPIX & VON MARTIUS, 1938). A propriedade hospedou muitas autoridades e naturalistas estrangeiros, os quais registraram a beleza da região e a boa conversa do anfitrião. Von Langsdorff foi o primeiro agricultor estrangeiro a se instalar no Brasil, usufruindo de plenos direitos, mas os resultados de seu projeto de colonização não foram satisfatórios.



Figura 3

A dura rotina nos anos iniciais. As tarefas eram divididas e todos os membros da família contribuía para o sucesso da colônia alemã.

Fonte: Museu Histórico de São Leopoldo/RS

O incansável von Langsdorff era um ardoroso defensor da colonização alemã. Ele escreveu cartas aos familiares e amigos enaltecendo o valor das terras brasileiras, despendeu recursos próprios para financiar a vinda de colonos alemães e acompanhou *pari passu* a instalação da Fazenda Mandioca. Von Langsdorff administrava a sua enorme propriedade e ainda atuava como representante diplomático da Rússia, no Rio de Janeiro; ele era mantinha contato com ilustres naturalistas de sua época, publicava os relatórios e as expedições científicas envolviam o melhor de suas energias e de seu espírito. A sua propriedade era um local de encontro para os naturalistas estrangeiros, os quais apreciavam as conversas alegres e as exibições do talento musical da dona da casa (VON SPIX & VON MARTIUS, 1938).

Von Langsdorff usou o seu prestígio junto às autoridades para levar adiante o seu projeto. Ele acompanhou a vinda dos colonos no navio *Dóris*, o qual partiu de Bremen trazendo equipamentos, livros científicos e as famílias de 85 colonos. Conforme foi examinado anteriormente, as taxas de mortalidade nos navios eram elevadas, mas, num discurso proferido à bordo do *Dóris* (13 de Março/1822), von Langsdorff lembrou que não havia perdido nenhuma alma durante a longa travessia do Atlântico e se vangloriou do nascimento de um bebê durante a viagem. Não obstante os esforços do naturalista, a Fazenda Mandioca entrou em decadência pouco tempo após a sua inauguração – quatro anos após a vinda do *Dóris*, a população européia já havia debandado e seu idealizador havia vendido a propriedade ao governo.

O insucesso do projeto Mandioca foi decorrente de alguns fatores: as despesas do transporte foram enormes, alguns colonos não quitaram suas dívidas com von Langsdorff, desentenderam-se ou envolveram-se em brigas. Questões litigiosas acerca da posse das antigas sesmarias não foram adequadamente resolvidas e as múltiplas atividades de von Langsdorff levaram-no a confiar demasiadamente num administrador, o qual demonstrara incompetência e ocasionou o declínio da produtividade agrícola (BECHER, 1990; KOMISSAROV, 1992). Von Langsdorff era capaz de lidar com tais adversidades, mas a enfermidade (malária) contraída na última expedição científica (1828) causou-lhe profundo debilitamento físico e perda da capacidade mental; ele quase perdeu a vida às margens do Rio Madeira, retornou à Alemanha e se viu forçado a abandonar o projeto Mandioca.

Algumas fontes postulam que von Langsdorff manifestava os sinais de “loucura” muito antes da realização da última expedição científica, mas são postulações pouco consistentes e que beiram ao absurdo. Com efeito, os estrangeiros que visitavam a sua propriedade se encantavam com a inteligência e hospitalidade e von Langsdorff exercia com desembaraço as funções de cônsul da Rússia; não existe nada que aponte uma conduta anormal. Por outro lado, os efeitos da grave enfermidade tropical contraída na última expedição científica lhe ocasionaram dificuldades mnemônicas e perda do discernimento cognitivo, fenômenos que geralmente ocorrem com os avanços da idade e que, portanto, não caracteriza algum tipo de “loucura”. Von Langsdorff morreu tranquilamente junto aos seus familiares e recebeu as honras devidas.

G.W. Freireyss (1789-1825). É outro personagem que desempenhou importante papel na instalação dos primeiros colonos alemães no Brasil. A análise biográfica permite examinar um fato ignorado ou pouco conhecido dos brasileiros – i.e., a colonização alemã teve início no nordeste do país. Freireyss era taxidermista e herborista; ele foi convidado por von Langsdorff a trabalhar em São Petersburgo (1809) e acompanhou o mentor nas expedições ao interior do Brasil (1813); mais tarde, ele se associou ao Coronel von Eschwege e,

em seguida, ao príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied. Freireyss estava em início de carreira e foi auxiliado por von Langsdorff, de modo que a separação abrupta não foi bem metabolizada por este. Os dois tinham interesses na contratação de colonos para as fazendas do Brasil e, com efeito, Freireyss publicou anúncios nos jornais incentivando a migração. Parece que von Langsdorff não gostou dos avanços de Freireyss, pois de modo contraditório ele publica um artigo num jornal de Frankfurt (*Morgenblatt für gebildete Stände*, 1819) condenando as propagandas do ex-colaborador.

Von Langsdorff era meticuloso e estabeleceu normas claras sobre a posse dos relatórios, descobertas científicas e desenhos produzidos pelos membros de sua equipe; as expedições foram subvencionadas pelo Czar Alexandre I e, portanto, todo o material porventura coletado tinha destino pré-determinado. Espíritos independentes às vezes eram melindrados com tais limitações e provavelmente foi isso que motivou Freireyss a se integrar à equipe do mineralogista von Eschwege. Não obstante a condenação dos procedimentos de seu ex-colaborador, von Langsdorff era um ardoroso defensor da vinda de colonos alemães ao Brasil. Freireyss foi o responsável pela instalação dos primeiros colonos alemães e suíços no país (1818). A Colônia Leopoldínia (homenagem à D. Leopoldina) também contou a participação de outros personagens e Freireyss não foi o único a assinar os documentos da fundação; a primeira assinatura contida nos documentos oficiais é a do barão W.F. von dem Busche, talvez o financiador do projeto (OBERACKER JR., 1987).

A Colônia Leopoldínia passou a compor o distrito de Helvécia (1938), parte do atual município de Viçosa; a presença de descendentes dos antigos colonos suíços e alemães ainda é constatável na região, mas a maioria se dispersou para outros locais. Freireyss casou-se com uma brasileira e tinha bom relacionamento com o Major von Schäffer, informando que o compatriota visitou o Brasil pela primeira vez em Maio de 1814, à bordo do navio russo Suvorow que realizava uma viagem ao redor do mundo (1906). Ele dirigiu a colônia de alemães na Bahia até a morte prematura na Colônia Leopoldínia aos 36 anos, provavelmente ocasionada pelo agravamento dos efeitos da malária; no ano anterior ele publicou a obra *Beitrage zur näheren Kenntniss des Kaiserthnms Brazilien* (1824)¹⁸. Outros detalhes acerca das colônias Leopoldínia e Frankenthal serão examinados em seções adiantes.

Outros personagens. A colonização alemã do Brasil contou com outros personagens relevantes, como *Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros (1780-1838)*, inspetor da Colônia Nova Friburgo/RJ e defensor da imigração européia. Ele era português e chegou ao Brasil junto com a família real (1808), ocasião em que passou a ocupar o cargo de Chanceler-Mor do Reino.

¹⁸ Edição brasileira: Viagem ao interior do Brasil nos annos de 1814-1815. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, XI: 158-228, 1906.

Monsenhor Miranda, como ele era conhecido, cuidava pessoalmente da destinação dos imigrantes alemães e era estimado por muitos, mas mal-visto por outros, entre os quais os oficiais do Corpo de Estrangeiro Theodor Bösche e Carl Seidler.

Johann Daniel Hillebrand (1795-1888), médico formado pela Universidade de Göttingen e liderança notável na Colônia de São Leopoldo/RS. Ele chegou ao Brasil no segundo fluxo migratório (6 de Novembro/1824), composto por 80 colonos alemães que se instalaram na região. Ele combateu na Revolução Farroupilha (1835), ocasião em que mobilizou os colonos em favor das tropas legalistas e, graças aos serviços prestados, foi nomeado comandante da Guarda Nacional. Hillebrand atuou no controle da epidemia de cólera que flagelou Porto Alegre (1855-56) e o governo imperial lhe outorgou a condecoração Ordem de Cristo (1858); ele realizou um levantamento das famílias alemãs assentadas em São Leopoldo e a sua memória foi preservada nos nomes de ruas, avenidas e escolas públicas do Rio Grande do Sul.

Julius Friedrich Köeler (1804-47), engenheiro alemão integrante do Corpo de Estrangeiros; ele chegou ao Brasil em 1828 e foi incorporado ao Exército Imperial no posto de Tenente. Köeler era protestante e teve que obter uma licença da Igreja Católica para contrair matrimônio com a brasileira Maria do Carmo Rebelo de Lamare (1830). Após a dispersão das tropas de mercenários, ele obtém a naturalização brasileira e, ato contínuo, é integrado ao Exército Brasileiro (1833), onde atinge o posto de Major. Junto com o Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, ele foi o responsável pela fundação da atual cidade de Petrópolis/RJ; o Major Köeler realizou o levantamento topográfico e promoveu obras de infra-estrutura, mas morreu muito cedo devido a um acidente com arma de fogo – ele e alguns amigos se envolveram numa disputa de tiro ao alvo e, ao verificar o seu desempenho, um amigo inexperiente dispara acidentalmente a arma e lhe ocasiona ferimentos mortais (21 de Novembro/1847).

Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-99). Químico e administrador da colônia instalada no Vale do Itajaí-Mirim, a qual atualmente é a cidade catarinense que leva o seu nome. Ao conhecer em Londres o Cônsul-Geral do Brasil, os relatos despertam o interesse de Blumenau pela colonização no país. Ele obtém uma licença do governo brasileiro para instalar famílias alemãs em Santa Catarina (1850-59); o governo reconhece a importância do empreendimento e Blumenau se torna o primeiro diretor da colônia, com salário pago pelo governo imperial. Após muitos anos junto aos colonos, em 1884 ele retorna à Alemanha e falece em Braunschwig; seus restos mortais são trasladados para a então cidade Blumenau, onde são preservados num mausoléu.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Karl Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz (1830-90), militar, político e jornalista que chegou ao Brasil com 21 anos (1851) para servir como canhoneiro no 2º Regimento de Artilharia do exército de mercenários de Pedro II. Ele era um ardoroso defensor dos interesses dos colonos alemães do Rio Grande do Sul, foi redator do *Koseritz Deutsche Zeitung* (1864-85), onde escrevia artigos com suas opiniões anti-clericais, especialmente direcionadas aos padres jesuítas. Von Koseritz foi membro bastante atuante da colônia germânica e era respeitado por Pedro II, junto ao qual defendia os interesses de seus compatriotas:

Mostrei as vantagens da imigração européia, especialmente alemã, e citei como exemplo suficiente a enorme mutação que cerca de 22.000 imigrantes alemães tinham trazido ao Rio Grande; em seguida censurei fortemente a indiferença do governo em face dos esforços do Comitê Central de Berlim, assim como a indiferentismo do público daqui, especialmente dos círculos influentes da capital. Mostrei como era de estrito dever o apoio enérgico àqueles esforços e como se deveria modificar a má representação que têm os interesses brasileiros no exterior; mostrei com dados estatísticos como a República Argentina nos supera em matéria de imigração, e como será ela em meio século a maior potência da América do Sul, se nós continuarmos inativos (VON KOSERITZ, 1980; p. 225).

Koseritz era monarquista e usufruía da amizade do imperador, o que lhe garantiu uma temporada humilhante na prisão por ocasião da Proclamação da República (1889). Ele organizou a Exposição Brasileira-Alemã (1881), tendo em vista a divulgação dos produtos e o intercâmbio entre Brasil e Alemanha, o que era bastante arrojado e inovador, e publicou vários livros. Juntamente com Hermann Blumenau e Hugo A. Gruber, ele assinou manifestos em favor da colonização germânica (Outubro/1835) e não se cansava de exaltar o espírito e a energia de seus compatriotas: “o Brasil somente com uma forte imigração germânica (entre a qual também coloco os tiroleses e lombardos) pode esperar salvação” (p. 287).

Mercenários alemães e irlandeses

Os relatórios elaborados pelos naturalistas e a propaganda falsa ou fantasiosa despertaram os interesses dos europeus pelas riquezas do Novo Mundo.

Os agenciadores iludiam os interessados com invencionices ou apelavam a outros expedientes. Com efeito, os colonos eram seduzidos com promessas variadas (terras gratuitas, isenções de impostos e auxílio financeiro para instalação das famílias), mas os rapazes eram forçados a ingressarem no exército de mercenários de Pedro I. As prisões eram esvaziadas e recolhiam-se os vagabundos dos vilarejos, daí resultando que a reputação dos estrangeiros no Brasil não era das melhores. Alguns prisioneiros de Mecklemburg vieram nos primeiros lotes migratórios, ingressaram forçados no Corpo de Estrangeiros e, mais tarde, contribuíram para a formação das colônias alemãs na região Sul do Brasil.

Von Schäffer foi o principal responsável pela vinda desses contingentes. Ele contou com a aprovação de Pedro I e das autoridades governamentais da Alemanha e Suíça – a segurança do Brasil era entregue aos mercenários e os vilarejos cedentes se viam livres de cidadãos indesejáveis; os governantes dos países cedentes enxergavam vantagens nos procedimentos de von Schäffer, pois se viam livres de cidadãos indesejáveis e economizavam recursos nos gastos com a alimentação e vigilância dos prisioneiros. É surpreendente que a ordeira e laboriosa colônia alemã tenha sido composta, pelo menos em parte, pela escória da sociedade européia, mas o Coronel von Eschwege (2011) coloca o assunto em outros termos:

Há espíritos esclarecidos no Brasil que percebem perfeitamente que o país não se pode levantar com os seus próprios recursos; que o aumento da população é a base principal de um grande estado, e que a raça brasileira física e moralmente inferior, deve ser purificada com o sangue e os esforços dos nórdicos, cuja migração deve ser intensificada... Posso responder ao autor do artigo publicado na Gazeta da Bahia, de 4 de março de 1828, que o pior dos colonos contratados na Europa vale cem por cento mais do que o pior dos brasileiros. Para afirmar isto, baseio-me na certeza de que os autores desses crimes seriam infalivelmente enforcados no norte da Europa, ou, pelo menos, condenados a galés perpétuas, ao contrário dos colonos contratados, absolvidos, porque haviam cometido infrações sem importância, e mesmo assim forçados pela necessidade ou pela fraqueza. Além disso, por mais que fizessem, essa “escória” não poderia influir decisivamente na moralidade de um país que chegara já ao último grau de relaxamento moral (p.197-98).

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Os comentários acima exaltam a suposta índole germânica, ao mesmo tempo em que condenam a permissividade dos luso-brasileiros. Não é o momento adequado para discutir se eles têm ou não têm fundamentos, mas é conveniente esclarecer que as autoridades portuguesas tinham idéias parecidas e, portanto, buscavam os contingentes alemães para fins estratégicos (i.e., defesa territorial e ocupação de terras devolutas).

Alguns mercenários alemães foram contratados por Pedro I para fortalecer as defesas territoriais do Rio Grande do Sul, como ocorreu em relação ao 27º Batalhão de Caçadores e um esquadrão de lanceiros. O primeiro batalhão foi criado logo após a independência do Brasil (8 de Janeiro/1823). Por iniciativa do imperador, o Major von Schäffer foi enviado à Alemanha para recrutar mercenários, os quais eram iludidos com promessas de vida de colono; eles também eram seduzidos com passagens grátis, doações de terras, auxílio financeiro para os primeiros anos e direito à cidadania. Os interessados enfrentavam situações adversas na Alemanha e von Schäffer foi pouco criterioso no recrutamento dos “colonos” – vagabundos, criminosos e até prisioneiros foram incorporados aos batalhões de estrangeiros.

Tais procedimentos revelam que a preocupação inicial de Pedro I era a preservação da soberania nacional, ficando a colonização num segundo plano. Após o tempo de serviço militar, que era indeterminado e de acordo com as necessidades do governo imperial, os mercenários seriam compensados com concessões de terras e de outros benefícios, entre os quais o direito à cidadania. Os alemães predominavam nos batalhões estrangeiros, mas o imperador também recorreu aos irlandeses para assegurar a defesa territorial. Nesse sentido, o Coronel William Cotter foi enviado à Irlanda (Outubro/1826) para recrutar mercenários e, tal como fizera von Schäffer, ele enganou os interessados com outras promessas. Alguns compatriotas atenderam aos apelos de Cotter e chegaram ao Rio de Janeiro entre Dezembro/1827 a Janeiro/1828; eram 3.169 passageiros (2.450 homens, 335 mulheres, 123 meninos ou meninas e 230 crianças); os homens aptos eram obrigados ao serviço militar (MURRAY, 2006).

Os irlandeses logo se tornaram motivos de gracejos e escárnios – eram pobres e maltrapilhos, nada lembrando o porte garboso de um militar. O triste espetáculo suscitou graves problemas diplomáticos, pois, do lado alemão e irlandês, as autoridades concluíram que a política migratória disfarçava uma “escravidão branca”. Todavia, os irlandeses tiveram melhor sorte que os alemães, pois Sir Robert Gordon, o encarregado dos negócios da Inglaterra, intercedeu em favor deles; eles ganharam a liberdade, foram repatriados às custas do governo imperial ou foram seduzidos com promessas reais (abolição dos açoites, especificação do tempo de recrutamento e dobro da ração e do soldo oferecido aos alemães).

Cerca de 400 esmolambados irlandeses aceitaram a incorporação nos batalhões de estrangeiros, mas a maioria optou por outros rumos – i.e., partiram para a Colônia de Santa Januária/BA ou retornaram à pátria (HANDELMANN, 1931; MURRAY, 2006).

Os batalhões estrangeiros eram compostos por indivíduos pertencentes a diferentes nacionalidades, mas predominavam os contingentes alemães. Os contingentes se avolumaram a partir de 1851, ocasião em que Sebastião do Rego Barros solicita o envio de tropas mercenárias para combater as tropas do brigadeiro Juan Manuel Rosas (1793-1877), ditador argentino que tinha pretensões de invadir o Rio Grande do Sul. O jovem Sargento Bösche (tinha 22 anos na ocasião) descreveu suas impressões acerca dos compatriotas alistados nos batalhões de Pedro I:

Arrepiaram-se-me os cabellos quando vi nessa ocasião pela primeira vez esta corja, cujos trapos não escondiam sufficientemente a nudez, gente de modos grosseiros e de uma brutalidade animal. Compunha-se este bando de operários vadios e andrajosos e de vagabundos, estando a maior parte delles bêbedos (BÖSCHE, 1918; p. 142).

As opiniões acerca dos militares alemães quase sempre são desfavoráveis (mandriões, corja de andrajosos, criminosos irrecuperáveis...), mas muitos deles contribuíram para o sucesso das colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com o propósito de resgatá-los dessa triste galeria, é conveniente ressaltar que vários deles escreveram obras interessantes sobre a experiência nos batalhões de Pedro I, tais como Carl Seidler (segundo-tenente) e Edward Theodor Bösche (primeiro sargento). O corpo de engenheiros também teve alemães notáveis, como o Coronel Wilhelm L. Eschwege e o Tenente-Coronel Friedrich W. von Varnhagen; o tão vilipendiado Major von Schäffer também descreveu suas impressões acerca do Brasil. De modo geral, esses personagens não relataram coisas positivas acerca das instituições e autoridades da nova nação dos trópicos; o título da obra do Tenente Schlichthorst é elucidativa a este respeito: “O Rio de Janeiro como é (1824-1826) – uma vez e nunca mais”.

A preferência pelos contingentes alemães

Muitos naturalistas externaram o contentamento com a nossa biodiversidade, mas condenaram a suposta índole luso-brasileira e a “promiscuidade racial”. É evidente o descontentamento acerca do modo como as crianças brancas eram educadas: elas cresciam nos braços das mucamas e tinham como

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

companheiros de folgedos os filhos destas, ocasiões em que adquiriam os seus vícios (CANSTATT, 2002). Louis Agassiz (1808-73), suíço radicado nos EUA, coletou material no Brasil que enriqueceu substancialmente o Museu de História Natural da Universidade de Harvard e contou com o suporte logístico de Pedro II. Ele defendia a segregação racial, a fim de preservar a integridade e a pureza da raça branca (GUERRA, 2010).

Algumas postulações contrárias ao tráfico de escravos tinham motivos econômicos ou revelavam preocupações com a “pureza racial”. Os escravos do sexo masculino eram valorizados, mas o aumento populacional e os casamentos inter-raciais facilmente conduziria à degeneração racial, idéia explorada num dos livros de Monteiro Lobato (*O presidente negro*, 1926). O clima tropical também era pouco favorável aos exercícios do pensamento, de modo que o país só atingiria a civilização com o enriquecimento da população – i.e., imigração volumosa de sangue teutônico, é claro.

A “depuração racial” é um assunto pouco examinado pelos historiadores, mas foi um dos fatores que determinaram os rumos iniciais da colonização do Brasil. Os governantes tinham vínculos familiares com a nobreza alemã ou mantinham correspondência com cientistas estrangeiros, os quais defendiam a segregação racial e o estímulo a imigração européia. O conde de Gobineau (1816-82) era um ardoroso defensor de teorias da supremacia da raça branca; ele foi representante plenipotenciário da França (1869-70) e manteve intensa correspondência com Pedro II. O imperador era um cultor da ciência e foi membro da exclusivíssima *Royal Society* (23 de Novembro/1871).

O estímulo à imigração alemã à região Sul tinha três propósitos: a ocupação de áreas desabitadas e, portanto, a consolidação dos direitos de posse (*uti possidetis*), a formação de uma barreira contra as invasões de países limítrofes e o “branqueamento racial”. Como foi examinado anteriormente, a abertura dos portos às nações amigas (1808) e a independência do Brasil foram fatores que contribuíram para o aumento do fluxo migratório para o país, mas o momento mais importante da colonização alemã foi a promulgação do decreto de João VI (16 de Março/1820), o qual especificava os procedimentos iniciais e o interesse pelos contingentes alemães (HANDELMANN, 1931; ROCHE, 1969; SIRIANI, 2005).

Os colonos alemães deveriam povoar aos estados da região Sul, despovoados e limítrofes com países potencialmente hostis aos portugueses. Foi um gesto inteligente e movido pelo pragmatismo: os colonos seriam integrados ao país, receberiam lotes a preços simbólicos e adquiriam o direito à cidadania brasileira. Os portugueses migravam sistematicamente para o Brasil, mas a população negra continuava a crescer, devido à migração forçada; ela representava aproximadamente 1/3 em relação à população de origem européia, mas, em certas regiões, o contingente negro representavam mais da metade da população.

As rebeliões eram frequentes e ganhavam novas dimensões, mas alguns eruditos da época apontavam que o risco maior era a “degeneração da raça branca”.

João VI e os governantes que vieram a seguir favoreceram genericamente os europeus, mas os alemães foram privilegiados. Isso é explicado em razão dos vínculos familiares da realeza com os alemães. Com efeito, a arquiduquesa Leopoldina, futura imperatriz do Brasil, era austríaca e foi homenageada na instalação do primeiro assentamento, a Colônia Leopoldina/BA. Após a sua morte (1826), Pedro I envolve-se num outro casamento com Amélia von Leuchtenberg (1812-73), nascida em Munique. O favorecimento do contingente alemão (tropas mercenárias e colonos) se tornou ainda mais evidente com a designação do Major von Schäffer ao cargo de *Chargé d’Affaires*. O imperador atuava intensamente na formação dos batalhões, mas D. Leopoldina às vezes intermediava o processo; uma carta enviada ao Major von Schäffer esclarece seus procedimentos:

Muito lhe agradeço a boa gente que tem mandado para Soldados. A Imperatriz já lhe mandou de minha parte encommendar mais 800 homens para Soldados, agora eu lhe ordeno que em logar de Colonos cazados mande mais 3.000 Solteiros para Soldados além dos oitocentos. O Ministro dos Negócios Estrangeiros lhe mandou dizer que não mandasse mais, mas eu quero que mande os que por esta lhe encommendo, e faça de conta que não recebeu ordem para não mandar. Mande, mande e mande, pois lho ordena quem o hade desculpar e premiar, pois he Seu Imperador (Boa Vista, 13 de Junho de 1824).¹⁹

Os vínculos da família imperial com a nobreza teutônica não se restringiam às preferências matrimoniais de Pedro I, pois seu filho também manifestou o desejo realizar um consórcio matrimonial nas mesmas condições. Tal como ocorreu com Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena (1772-1841), o qual fora enviado à Europa para encontrar uma esposa para Pedro I, o oficial Bento da Silva Lisboa, da Secretaria de Relações Exteriores, é incumbido de encontrar uma esposa para Pedro II (1842). A intenção era localizar uma potencial esposa na corte austríaca, mas Lisboa não foi bem sucedido; o príncipe Metternick informou que os austríacos ainda tinham vívidas lembranças das ofensas e maus-tratos perpetrados contra D. Leopoldina. Assim sendo, Pedro II se contentou com a anuência da família de D. Thereza Christina de Bourbon,

¹⁹ Carta do Imperador D. Pedro I à Schäffer. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXV, parte II: 127, 1912).

filha de Francisco I, imperador das duas Sicílias. Conta-se que o nosso imperador ficou decepcionado com os poucos atrativos físicos da futura esposa, pois ela exibia peso excessivo e mancava ao andar. Entretanto, D. Thereza conquistou lugar privilegiado no coração dos brasileiros, graças ao seu envolvimento em obras de caridade e atitudes de mãe exemplar.

A troca de correspondência e os consórcios matrimoniais revelam a predileção teutônica da família imperial, mas não é só isso. Com efeito, os registros históricos informam o nascimento, o batizado e os primeiros professores de Pedro II, mas também descrevem que o imperador foi amamentado por uma mãe-de-leite suíça. Era Catharina Equey, natural de Attalen (Fribourg) e que chegou ao Brasil em 1819, junto com os colonos que fundaram o município de Nova Friburgo/RJ. No início de Novembro/1825, a futura mãe-de-leite se instalou no Paço da capital em adiantado estado de gravidez. Pedro I não desejava recorrer a outra mulher para amamentar o filho, mas teve que se render às forças das circunstâncias. Pedro II veio ao mundo no dia 2 de Dezembro, enquanto que D. Catharina teve o seu filho no dia 4 de Dezembro. O bebê imperial foi amamentado provisoriamente por Madame Prottet, igualmente suíça e pertencente à colônia de Nova Friburgo, mas alguns dias depois Catharina assume os encargos definitivos de mãe-de-leite. Pedro II estimava muito a mãe-de-leite e esta venerava o filho de criação. Catharina recebia uma pensão vitalícia, residia num dos cômodos do Paço da capital (Rua da Assembléia) e morreu tranquilamente aos 80 anos (SILVA, 1925).

Fatores circunstanciais também fortaleceram a preferência pelos contingentes alemães, entre os quais o longo histórico de animosidades entre as nações e a política expansionista de Napoleão. Com efeito, Portugal havia sido invadido pelas tropas do General Jean-Andoche Junot (1771-1813), episódio que determinou a fuga de João VI para o Brasil (1808); os holandeses haviam sido expulsos do país e a tutela inglesa causava preocupações, sem contar que a própria Inglaterra tinha problemas com o fluxo migratório e o movimento de independência de sua enorme colônia, os Estados Unidos (1775-83). Em relação à Espanha, os conflitos territoriais e a demarcação das fronteiras sempre foram motivos de preocupações para os portugueses. Os vínculos familiares e animosidades circunstanciais favoreceram a vinda dos colonos oriundos de uma região que atualmente abrange a Alemanha, Áustria e Suíça.

Leopoldínia e Frankenthal/BA

Os documentos revelam que as primeiras colônias européias surgiram na Bahia. O empreendimento inaugural foi instalado às margens do rio Peruípe (atual Caravelas/BA) e surgiu a partir da iniciativa de um grupo de fazendeiros,

os quais foram liderados por G.W. Freireyss; junto com o cônsul Peter Peyke e o naturalista Northord e talvez contando com o financiamento do Barão W.F. von dem Büsche, Freireyss adquiriu cinco sesmarias e providenciou a instalação dos primeiros colonos não-portugueses no Brasil. A Colônia Leopoldínia, homenagem à estimada primeira imperatriz do Brasil, era composta por 40 fazendas, os colonos (n= 133) eram oriundos da Alemanha, Suíça, Bélgica e França; a ênfase era a produção de café (produção numa safra chegou a 25 mil sacas) e os agricultores contavam com 2.000 escravos.

No mesmo ano em que surgiu a colônia Leopoldínia (1818), também foi implantado o segundo empreendimento na Bahia: a Colônia São Jorge dos Ilhéus, situada às margens do rio Cachoeira e próximo ao município de Ilhéus/BA. Ela foi instalada por Pedro Weyll e o sócio Adolf Saueracker e era composta por 161 pessoas (28 famílias) oriundas da Alemanha e Suíça; os colonos cultivavam fumo, cacau e alguns cereais. Em 1823, veio no navio *Anna Louise* o agricultor Johann Heinrich Berbert, personagem que logo se transformou no maior plantador de cacau da Bahia. As dificuldades de escoamento da produção, as condições climáticas e o surgimento de epidemias promoveram a dispersão dos colonos.

A Colônia Frankenthal foi outra tentativa de assentamentos de colonos alemães no estado da Bahia. O projeto foi idealizado por von Schäffer e recebeu um pequeno número de colonos durante a sua existência; o nome é uma lembrança à vila onde nascera o seu idealizador e, devido à proximidade com a Colônia Leopoldínia, alguns estudiosos consideram Frankenthal apenas um desdobramento desta. A colônia foi instalada em 1822 às margens do Rio Jacarandá e exibia vasta extensão territorial (4.356 hectares); 20 colonos (quatro famílias) chegam em 1824 e se instalam no local. Em decorrência dos serviços prestados ao Brasil e de acordo com uma auto-avaliação favorável, von Schäffer solicita a Pedro I o título de Visconde de Frankenthal-Jacarandá, mas não é bem sucedido (OBERACKER JR., 1987).

Quais foram as razões que levaram G.W. Freireyss e G.A. von Schäffer a instalarem colônias européias na Bahia? Os motivos principais foram a obtenção circunstancial de sesmarias e a posição geográfica da Bahia – o estado se encontrava mais próximo da Europa, o que significava uma notável facilitação no escoamento das *commodities* e da produção agrícola. A Bahia era um centro bastante avançado, pois lá surgiram importantes instituições científicas e grandes nomes da inteligência brasileira eram filhos da terra. Ao fugir das tropas napoleônicas (1808), o príncipe regente cogitou instalar a corte portuguesa em Salvador, mas a transferência da corte prometia ter longa duração e o Rio de Janeiro tinha maior valor estratégico contra invasões futuras. A escolha permitiu o desenvolvimento do Rio de Janeiro e das regiões vizinhas; muitos colonos do Norte e Nordeste debandaram para o Rio de Janeiro ou em direção aos estados sulinos.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

As colônias alemãs na Bahia prosperaram por um bom tempo, mas desapareceram a partir das últimas décadas do século 19. A colônia Leopoldínia/Frankenthal atingira níveis satisfatórios de produtividade, mas as terras férteis não comportavam a vinda de novos colonos, a precária delimitação territorial e inexistência de documentos legais suscitavam desavenças entre os colonos e a produtividade agrícola dependia da mão-de-obra dos escravos. A promulgação da lei áurea (13 de Maio/1888) e tais problemas forçaram os colonos a venderem suas terras. Em busca de melhores oportunidades, eles migraram para a região Sul ou ingressaram nas tropas mercenárias de Pedro I. As propriedades foram vendidas a preços irrisórios, algumas foram repassadas aos ex-escravos e gradativamente perderam suas características originais.

Os colonos europeus promoveram inovações tecnológicas na agricultura, entre as quais o uso de arado de ferro, implantação de engenhos movidos a água e uso eficiente da tração animal e das hidrovias. Alguns historiadores postulam que o insucesso das colônias européias no Nordeste foi ocasionado pelo clima – os colonos não estavam habituados ao calor dos trópicos. Entretanto, o relatório de Neiva e Penna (1916) aponta outras causas: a região se encontrava completamente desassistida pelo Governo Federal e a população padecia de enfermidades variadas, como malária, hanseníase, sífilis, bócio e infestações parasitárias. Os engenhos movidos à água eram raríssimos, embora existisse rios com fluxo regular de água e perfeitamente adequados à agricultura – os poucos que se encontravam em funcionamento eram inferiores aos descritos por Willem Pies e Georg Marcgrave em meados do século 17!

O índice pluviométrico e as temperaturas elevadas não foram as causas mais relevantes para o insucesso da colônia Leopoldínia/Frankenthal, como comprova o atual nível de atividade econômica do Norte e Nordeste, bem como o desempenho de regiões de clima semelhante da Austrália, Israel e EUA. As colônias alemãs implantadas na Bahia não atingiram resultados satisfatórios, mas os ensaios permitiram os aperfeiçoamentos necessários na política migratória, com impacto positivo nos empreendimentos realizados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Fazenda do Morro Queimado/RJ

Outro empreendimento importante foi a criação de Nova Friburgo/RJ, próspero município que nasceu da colônia de suíços instalada na Fazenda do Morro Queimado. A carta régia datada de 23 de Setembro de 1811, dirigida a Diogo de Sousa, governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, determinava a concessão de dez e meia léguas quadradas, em sítio junto de algum rio navegável até o mar, e que não fosse totalmente areento;

o beneficiário seria o irlandês Quan e seus filhos (James Wesse, Edmund Pierre e Thomas). João VI tinha em mente a instalação de uma colônia de irlandeses no país (i.e., brancos e católicos). O documento também informava que os colonos teriam direito a certos benefícios, entre os quais a isenção de impostos, mesadas nos primeiros anos, moradia e itens necessários às atividades (e.g., ferramentas, sementes, mulas e vacas). Os colonos eram isentos do recrutamento militar, mas, caso necessário, eles eram obrigados a atuar em defesa da pátria.

O projeto de João VI era inteligente e factível: o suor e as lágrimas dos colonos fertilizariam as terras, os pequenos núcleos se transformariam em vilas e freguesias e o Erário ficaria isento para investir em outros projetos de igual natureza. A escassa população branca do Brasil seria fortalecida com a adição de elementos de uma raça perfeitamente definida, para ganho da nação que se encontravam em fase embrionária de desenvolvimento; o alvo inicial era a população católica de irlandeses, suíços e alemães. Os serviços do suíço Sebastien Nicolau Gachet foram requisitados, fato talvez motivado por uma dívida de gratidão – João VI fora o padrinho de batismo da filha de Gachet, o primeiro que se realizou na Igreja de Sant’Anna (27 de Novembro/1817). Ele era agente do Cantão de Friburgo e João VI o designara a contratar famílias suíças para se instalarem na Real Fazenda do Morro Queimado, região que atualmente compreende o município de Nova Friburgo.

Gachet não encontrou dificuldade para se desincumbir da tarefa, pois o governo da Confederação Helvética já havia manifestado interesse em estabelecer famílias pobres, mas honradas e laboriosas, no Brasil (11 de Fevereiro/1917). Em cumprimento à solicitação e de acordo com seus planos, João VI ordena a aquisição da Fazenda do Morro Queimado (6 de Maio/1818), a qual custou ao Erário 10:468\$800, mais as dívidas assumidas pelo antigo proprietário. Montantes adicionais foram alocados para a realização de melhorias na fazenda e foi designado o responsável pelo desenvolvimento do projeto. Era o Monsenhor Miranda, Chanceler-Mor do Reino do Brasil.

Tendo determinado promover e dilatar a civilização do vasto reino do Brasil, a qual não pode rapidamente progredir sem o auxilio e accrescentamento de habitantes affeitos aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os Estados, que as agasalham; E sendo-me solicitada pelo Cantão de Fribourg, em beneficio aos seus súbditos, a facultade de estabelecerem em alguma parte do mesmo reino uma Colônia, onde vivendo reunidos desfructem debaixo da minha real protecção muitos dos commodos,

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

que actualmente se lhes difficultam no seu paiz natal, houve por bem de incumbir ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, os regulamentos e ajustes a que se devesse proceder, para organizar e dirigir o sobredito estabelecimento. Como, porém, desde logo hão de ter lugar avultadas despesas, assim como o transporte dos referidos suíços, como com a compra do terreno e construção dos edifícios em que se há de assentar a Colônia, e alguns dos meus fieis vassallos, continuando a dar provas do amor e lealdade com que me servem, têm feito subir à minha real presença offertas de quantias, que estão promptas a emprestar gratuitamente, a fim de ter principio tão vantajoso projecto. Sou servido eu no Real Erário se recebam as addições constantes de relação que baixa com este, assignada por Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, encarregado da presidência do mesmo Erário... Palácio do Rio de janeiro, em 6 de Maio de 1818. Com a rubrica de El Rei Nosso Senhor (DE ROURE, 1918; 253-54).

O decreto de João VI estabelecia as condições para a instalação dos colonos suíços e designava Monsenhor Miranda para gerenciar o fluxo migratório. A leitura do texto acima permite entender que o projeto não estava limitado à Fazenda do Morro Queimado, pois havia o desejo de instalar colônias européias em várias partes do Brasil. As condições dos assentamentos foram determinados pelo decreto de 16 de Maio de 1818; o Artigo 1º aceitava a oferta das autoridades do Cantão de Freiburg e estabelecia as garantias oferecidas aos colonos e suas famílias (até 100, todas pertencentes à religião Católica Apostólica Romana). Os artigos seguintes informavam o compromisso de João VI em pagar as passagens até o Rio de Janeiro, fornecimento de alimentação e transporte dos colonos até o distrito de Cantagalo, distante 24 léguas da capital do reino. Os colonos foram alojados provisoriamente até a finalização das obras definitivas, as quais envolviam a construção de casas, capela, botica, quartel, prisão e outras unidades.

O decreto também especificava que os benefícios deveriam ser concedidos nos primeiros anos e os colonos usufruiriam os mesmos direitos concedidos aos vassallos de João VI. Gachet buscou os interessados e a imigração espontânea também era desejável. Não havia obstáculos aos que desejavam o retorno à pátria, mas os colonos deveriam dispor apenas da metade dos bens adquiridos no Brasil – a outra metade deveria ser incorporada ao patrimônio comum da colônia.

O nome da vila também foi determinado pelo decreto: Nova Friburgo. Entre final de 1919 e início de 1920, oito navios trouxeram os colonos ao Brasil: 24 de Novembro (Daphne, n= 193), 11 de Dezembro (Urânia, n= 437), 15 de Dezembro (Elizabeth Maria, n= 228), 24 de Dezembro (Debly Elisa, n= 233), 17 de Janeiro (Glukch Roy, n= 430), 30 de Janeiro (Trajano, n= 4), 14 de Fevereiro (Duas Catharinas, n= 356) e 17 de Fevereiro (Camilus, n= 120), perfazendo um total de 2003 colonos, dentre os quais 120 tinham idade abaixo de 3 anos (DA FONSECA E SILVA, 1849).

Em seções anteriores nós examinamos as condições sanitárias dos navios e os perigos enfrentados pelos colonos europeus que buscavam melhores condições de vida no Novo Mundo. Os contratemplos sofridos pelos suíços que fundaram Nova Friburgo/RJ merecem uma análise adicional. Com efeito, o embarque para o Brasil deveria ocorrer no porto de Marselha, mas eles foram deslocados para os portos dos Países Baixos (Rotterdam e Amsterdam) e passaram por sérias privações durante o longo tempo de espera: da Suíça até os portos de embarque 43 pessoas morreram, mais 311 que encontraram igual destino durante a viagem de mar. Os infortúnios não cessaram, pois os colonos chegaram profundamente debilitados e alguns deles (n= 31) morreram no hospital ou nos primeiros nove meses na Colônia Nova Friburgo (n= 146) (DA FONSECA E SILVA, 1849).

As informações acima revelam que a verdadeira taxa de mortalidade deve ser aferida levando em conta três fatores: o estado de saúde dos passageiros no momento do embarque, as condições sanitárias das embarcações e os efeitos debilitantes da viagem propriamente dita. Desse modo, levando em conta o número total de colonos suíços (n= 2003) e o número de perdas de vida no período de espera, dentro das embarcações, durante a hospitalização e nos nove meses seguintes aos assentamentos (n= 531 mortes), apontamos que a taxa de mortalidade foi excepcionalmente elevada: 26,5%.

O grupo era composto por alguns rapazes aptos a serem incorporados nas tropas de estrangeiros, bem como um representativo número de “raparigas casadoiras”. A viagem foi atribulada: de Tenerife ao porto do Rio de Janeiro, 14 colonos morreram, entre os quais Carlota, a esposa do pastor Friedrich Sauerbronn. Por outro lado, quatro casais noivaram e até houve um casamento a bordo! (DE SOUZA, 1976). Vencidas as atribulações e infortúnios, a colônia suíça prosperou e ganhou status de vila (3 de Março/1820). O decreto de João VI determinava a criação de uma escola para o ensino da língua portuguesa, visando o abasileiramento dos colonos e impedir a formação de quistos estrangeiros; Antonio José de Paiva Guedes foi o professor encarregado de ministrar o ensino de gramática e os rudimentos da língua nativa.

As famílias eram compostas por três a quatro pessoas. Elas recebiam pacote de benefícios variados: um boi ou cavalo, duas vacas de leite, quatro ovelhas,

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

duas cabras, dois porcos, um alqueire de trigo, um de feijão, dois de arroz, um quarto de favas, um de batata, três de milho, meio de mamona para azeite, um terço de linho e um de cânhamo; famílias numerosas recebiam proporcionalmente mais benefícios. De modo geral, foram destinados à colônia 600 cavalos, 400 éguas, 900 vacas leiteiras, 30 touros, 1800 ovelhas, 60 a 80 carneiros, 900 cabras, 35 a 40 bodes, 900 porcos (metade fêmeos) e 30 barrões.

Os visitantes estrangeiros elogiavam os progressos de Nova Friburgo, mas os suíços acabaram se dispersando em breve tempo. Com efeito, as lutas pela independência e o regresso de João VI à Portugal interromperam a prosperidade da colônia e inibiu o fluxo migratório. Nova Friburgo se encontrava relativamente próxima ao Rio de Janeiro (alguns dias de viagem), mas as péssimas condições das estradas inviabilizavam a venda dos produtos. Conta-se que os colonos venciam as frustrações com cachaça, metiam-se em arruaças, mendigavam ou preferiam se alistar nas tropas de combatentes mercenários do exército imperial. Handermann (1931) informou que as terras concedidas aos colonos eram emprestáveis à agricultura e pouco enxergou de positivo na colônia de suíços – a “glória única de Nova Friburgo” foi o colégio fundado pelo compatriota Johann Heinrich Freese, cujo prestígio atraía alunos de todo o império.

Real Feitoria Linho-Cânhamo/RS

O Governo Imperial tinha interesse em instalar colonos alemães no extremo Sul do país, em razão dos conflitos com os países vizinhos que ainda mantinham ligação com a Espanha. Era uma região com longo histórico de beligerância: duas invasões do Uruguai (1811-12 e 1816-18), Guerra da Cisplatina (1825-28), Guerra do Rio Prata (1851-52), Guerra dos Farrapos (1835-45) e Guerra do Paraguai (1864-70). Os assentamentos na região visavam a ocupação de terras devolutas e, ao mesmo tempo, a defesa territorial (HANDELMANN, 1931; ROCHE, 1969; SCHÄFFER, 1994).

Os imigrantes alemães foram recrutados pelo Major von Schäffer e chegaram a Porto Alegre em 18 de Julho de 1924, data importante na história da cidade de São Leopoldo. Em atendimento à recomendação de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Presidente da Província, os colonos foram encaminhados para a Real Feitoria Linho-Cânhamo – local onde se fabricava cordas a partir de uma planta herbácea, o linho-cânhamo. O grupo original era composto por 39 pessoas (seis católicos e os demais, protestantes); o assentamento foi designado Colônia Alemã de São Leopoldo, homenagem ao santo protetor e à D. Leopoldina, a imperatriz austríaca que os alemães tinham em elevada estima. Os colonos pertenciam às famílias Ritter, Mattje, Sauer, Bauerman, Matter, Nabinger, Jung, Ebling e outras; eles receberam lotes de tamanho variado, conforme o número de membros das famílias.



Figura 4

Antiga sede da Real Feitoria Linho-Cânhamo e que serviu de abrigo inicial aos colonos alemães que se instalaram em São Leopoldo/RS. Ela foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul (15 de Março/1992) e atualmente é a Casa do Imigrante.

São Leopoldo prosperou e gradativamente se tornou importante fornecedor de itens alimentícios (frutas, legumes, laticínios) e produtos artesanais (selas, ferraduras e carroças). O núcleo original era pequeno, mas se avolumou com o envio de correspondência aos parentes, propaganda migratória e o trabalho dos agenciadores na Alemanha. Outras levas de imigrantes se espalharam pelas regiões vizinhas, formando novas colônias nos vales do Rio Taquari e às margens dos rios Pardo e Pardinho (ver: HANDELMANN, 1931; ULRICH, 1984). Os colonos não dispunham de recursos e tiveram que se organizar para instalação de escolas, igrejas e cemitérios. Alguns animais se perdiam nas matas e, ao saírem em busca deles, eles descobriram terras férteis e mais adequadas à agricultura. Os colonos obtiveram licença para explorar tais regiões e houve a demarcação de 26 lotes, cada um com aproximadamente 77 hectares de extensão. A Colônia de São Leopoldo progrediu e se transformou em vila (1 de Abril/1846).

Os imigrantes alemães contavam com o suporte do governo brasileiro (distribuição gratuita de sementes e ferramentas, assistência médica e auxílio financeiro para a sustentação das famílias), mas o montante era insuficiente, o pagamento ocorria de modo irregular ou era desviado nas mãos dos agenciadores. Alguns colonos abandonaram as roças ou, tendo em vista alguma remuneração adicional, buscaram ocupações temporárias na construção de estradas, as quais envolviam os esforços de homens, mulheres e crianças. A árdua rotina não garantia a sobrevivência dos trabalhadores, pois as ocupações temporárias

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

proporcionavam rendimentos diários de até 3,5 mil-réis, enquanto que o montante necessário para a sustentação de uma família era de 4,75 mil-réis. Além da alimentação, as famílias tinham gastos com a aquisição de vestuário ou medicamentos, o atendimento às necessidades dos animais e poupança para enfrentar adversidades climáticas.

Os administradores iniciais não compreendiam o idioma alemão, tampouco os colonos tinham domínio do idioma português. Os desentendimentos eram comuns. Além disso, as diferenças climáticas, as pragas desconhecidas, a topografia acidentada exigiam o cultivo de itens desconhecidos dos agricultores alemães. Os pioneiros estavam habituados ao trabalho árduo, mas alguns deles eram trabalhadores urbanos (pedreiros, operários nas fábricas, artesãos e comerciantes) e não se adaptaram às novas condições de trabalho. Os primeiros contingentes trouxeram colonos circunstanciais, os quais foram atraídos pela propaganda migratória ou apenas desejavam um passeio gratuito, às custas dos governos da Alemanha e Brasil. Após se depararem com as dificuldades, eles recorriam às autoridades em busca de ajuda adicional ou pediam que fossem enviados de volta à pátria. Houve muitas queixas e a correspondência dos cônsules revela que esses colonos eram vistos como indolentes, delicados ou excessivamente “civilizados” (ANUSZEWSKA, 1980).

Registros antigos revelam que houve muitos casos de bebedeira, abandono de famílias e pobreza extrema. Não obstante isto, a Colônia de São Leopoldo progredia e a tranqüilidade só foi perturbada com deflagração da Revolução Farroupilha (1835-45). Lideranças notáveis defenderam idéias ou lutaram em favor de um dos lados da contenda (i.e., tropas monarquistas ou republicanas), apesar de Antonio Gonçalves Pereira Duarte, vice-cônsul de Hamburgo, ter recomendado a neutralidade aos membros da colônia. Entre os monarquistas ou legalistas, destacou-se o médico Johann Daniel Hillebrand (1795-1880), diretor da colônia e que atuou no combate à epidemia de *colera-morbus* que atingiu o Rio Grande do Sul (1855-56). Do lado dos revolucionários ou republicanos, destacaram-se Hans Ferdinand Albrecht Hermann von Salisch (1797-1837); ele casou-se com a porto-alegrense católica Maria Vitoria Pereira Coelho, abrigou o nome (Hermano de Salisch) e foi editor do periódico *O Colono Alemão* (1836), onde veiculava suas idéias republicanas. Outras lideranças republicanas foram o Major Otto von Heise (1801-36), o qual pereceu de forma suspeita quando era conduzido prisioneiro ao Rio de Janeiro (“caiu” de um barco e se “afogou” no Rio Guaíba), bem como o pastor luterano Friedrich Christian Klingelhoefter e seu filho, Georg Karl Hermann, o “valente Germano” (HANDELMANN, 1931; FLORES, 2008).

Outro episódio que perturbou a tranqüilidade dos colonos de São Leopoldo foi a revolta dos *mucker* (santarrão, beato ou fanático, no idioma alemão),

movimento de natureza religiosa e que ocorreu no morro do Ferrabraz, comunidade de Sapiranga (1873-74). O violento conflito envolveu o uso da artilharia do Exército Brasileiro e as graves conseqüências abalaram a opinião pública; ele foi liderado por Jacobina Maurer, benzedeira que se dizia ser a reencarnação de Cristo, e resultou na morte de vários colonos e destruição de propriedades. O episódio até hoje suscita debates, mas algumas explicações associam os conflitos à falta de assistência religiosa, injustiças e a marginalidade em que vivia o colono (PETRY, 1966; SCHÜPP, 2004). Ao final do conflito (3 de Agosto/1874), o Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes enviou um telegrama ao Ministro da Justiça:

No ataque de hontem, communica o chefe de Polícia, foram mortos os sediciosos, ao todo 17, sendo 14 homens e 3 mulheres, entre os quaes Jacobina. Escapou mysteriosamente ou morreu João Jorge Maurer. Da força legal morreu 1 soldado, foram feridos levemente o capitão Dantas, Alferes Ribeiro, 7 soldados, 3 paisanos e juntamente 2 soldados. O fogo durou 2 horas. Os sediciosos foram mortos dentro de seu covil à arma branca (PEIXOTO, 1907; p. 500).

Os alemães instalados nas terras gaúchas e catarinenses buscavam a participação na vida política, pois sabiam que seus esforços e os progressos da colônia beneficiavam o Brasil. Vários deles alcançaram postos elevados nas forças armadas ou foram intelectuais de reconhecido valor; o jornalista Carl von Koseritz (deputado provincial e fundador do jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*, 1864-85) foi um ardoroso defensor dos interesses de seus compatriotas. Como foi examinado anteriormente, o maior fluxo migratório de alemães foi em direção às colônias dos EUA e Canadá, onde também ocorreu maior integração dos colonos às culturas norte-americanas, mas os colonos do RS e SC haviam se separado da Alemanha apenas no plano geográfico e não desejavam a mistura do sangue germânico ao sangue luso-brasileiro (VON KOSERITZ, 1980). Não obstante o proselitismo germânico, a colônia progrediu e deixou marcas na história do Rio Grande do Sul. A sede da feitoria foi desativada e atualmente abriga o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1980), uma homenagem à José Feliciano Pinheiro, o antigo presidente da província.

São Pedro de Alcântara/SC

No início do século 19, o estado de Santa Catarina foi visitado por naturalistas de várias nacionalidades, os quais descreveram os aspectos da topografia

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

e a variedade de plantas e animais. Florianópolis é conhecida como a “Ilha da Magia”, mas os relatos dos naturalistas informam que a exaltação das belezas das terras catarinenses é antiga – era o “paraíso terrestre do Brasil”, como registrou Handelman (1931; p. 506).

A Colônia de São Pedro de Alcântara surgiu no distrito de São José na margem esquerda do Rio Maruim. Durante o ano de 1828 desembarcaram na Ilha de Santa Catarina 523 colonos (146 famílias), vindos nos brigues *Marquez de Vianna* e *Luiza*. O grupo aumentou com a adição de 93 ex-praças dos batalhões de estrangeiros que haviam sido dissolvidos no Rio de Janeiro e outros do batalhão 27 da província. O Brigadeiro Francisco de Albuquerque Mello, presidente da província, indicou o Major Silvestre José dos Passos para o cargo de Inspetor da Colônia. Passos recebeu ordens genéricas para a execução de suas funções; ele demarcou uma área que julgou mais adequada ao projeto, desmatou o terreno, construiu ruas e fez levantar 20 palhoças, instalações provisórias até a construção das moradias definitivas (aos encargos dos colonos). A colônia de São Pedro de Alcântara ficou reduzida a 132 famílias (n= 625 colonos), pois 14 delas preferiram se instalar na Ilha do Desterro e cercanias.

Como foi examinado em seções anteriores, a tumultuada jornada migratória tinha início quando os colonos abandonavam os vilarejos, em direção aos portos de embarque. As viagens eram perigosas e profundamente debilitantes, mas os futuros colonos de São Pedro de Alcântara foram obrigados a realizar outra jornada em direção à Ilha do Desterro. Aparentemente, eles chegaram em boas condições de saúde e desembolsaram os próprios recursos para o custeio das passagens, diferentemente do que ocorrera com muitos colonos contratados pelo Major von Schäffer que fundaram São Leopoldo/RS.

A recepção não foi nada calorosa, pois os lotes não estavam demarcados e a colônia só existia no plano das idéias. Os colonos foram acomodados provisoriamente na Armação da Lagoinha, costa oriental da ilha, e, posteriormente, foram transferidos para um quartel militar; eles foram aglomerados de modo precário, sem qualquer distinção e a transferência definitiva só se realizou após seis meses. O longo tempo de espera fez dissipar os recursos ajuntados para enfrentar as adversidades iniciais. Alguns colonos venceram a monotonia com cachaça e arruaças, a poupança logo se dissipou e muitos foram forçados a vender os pertences (roupas e ferramentas) para garantir a ração diária; as famílias ofereciam os filhos pequenos para adoção, mas exigia-se que as transferências fossem definitivas (SEIDLER, 1951).

Alguns relatos são nitidamente exagerados, mas eles revelam a situação precária dos colonos e o ineficiente sistema administrativo do governo imperial. O projeto de transferência para São Pedro de Alcântara infundiu temor aos colonos, pois eles souberam que a região era povoada por índios. O Brigadeiro Mello fez uma oferta adicional (diária de 160 réis) e a maior parte aceitou a oferta,

o que permitiu o nascimento da colônia. Como era o costume, os colonos logo providenciaram a construção de uma ermida ou capela rústica para os exercícios da fé. O mais idoso ou alguém dotado de qualidades espirituais era escolhido para a condução dos exercícios religiosos; os colonos eram majoritariamente oriundos da Prússia, mas, com exceção de 3 ou 4 famílias, eram pertencentes à fé católica.

Os registros históricos revelam que os alemães inicialmente se instalaram no arraial de Santa Bárbara, mas eles logo perceberam a existência de um local mais adequado aos seus propósitos. Os colonos transferiram suas roças para a região vizinha, situada às margens dos rios Biguaçu, Tijuca e Itajaí, o que marcou o nascimento da Colônia de São Pedro de Alcântara. Em 1848, a população foi estimada em 700 almas (145 famílias), sem contar os colonos brasileiros (mais de 50 famílias) que se instalaram posteriormente na região. O relatório do Vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva (20 de Maio/1848) exalta o valor da colonização alemã, em relação aos contingentes franceses e belgas, por exemplo, que pouco contribuíram para o povoamento do Brasil. O colono alemão é sincero, industrioso, apreciador da ordem e é movido por intenso sentimento religioso; eles não se abatem diante do trabalho árduo e “são estes os verdadeiros colonos de que o Brasil precisa, e para cujo engajamento se deve fazer os maiores sacrifícios” (D'OLIVEIRA E PAIVA, 1870; p. 520).

Arcipreste Paiva é nome de logradouro em Florianópolis. O seu relatório é francamente favorável aos alemães e descreve alguns aspectos da rotina na colônia. Com efeito, as crianças aprendem o valor do trabalho logo assim que prescindem dos desvelos maternos; elas são encarregadas de cuidar dos animais e iniciam a jornada diária com o nascer do sol. O casal divide as tarefas, pois é o homem que providencia os desmatamentos, planta e elimina o mato bravio, enquanto a mulher se encarrega da colheita e do transporte dos produtos da lavoura.

Outras peculiaridades: os colonos nunca prescindiam dos chapelões, usavam meias grossas e andavam com sapatões barulhentos. A maioria sabia ler, escrever e contar, mas dominava sofrivelmente o idioma português. A educação das crianças era um problema sério. Os colonos entendiam a importância da matrícula nas escolas brasileiras, mas elas eram quase inexistentes e os deslocamentos impunham dificuldades aos pais e às crianças; a comunidade às vezes contratava mestres alemães para suprir tal deficiência, mas os resultados eram insatisfatórios. Por outro, o fervor religioso dos colonos causou profunda impressão ao Arcipreste Paiva:

N'esta ocasião admirei o fervor com que aquella porção de fieis procuravam assistir aos officios divinos.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Homens, mulheres e crianças, em número de duzentas pessoas caminhavam a pé, arrastando com prazer tão penosos incômodos! Esta ermida foi construída com simplicidade; porem está decentemente ornada. Possui, como a de S. Pedro, o seu cemitério, onde se nota o mesmo que descrevemos no outro. O local é péssimo, pois além de ser cercado de morros, está ainda muito assimbrado de mato e retirado de visinhanças (D'OLIVEIRA E PAIVA, 1870; p.504-23).

A Colônia de São Pedro de Alcântara produzia itens variados: açúcar de boa qualidade, farinha de mandioca e de milho, aguardente e produtos agrícolas (e.g., batata, milho, feijão, frutas e hortaliças). A produção era vendida no distrito de São José e capital e os colonos recorriam às mulas para enfrentar as estradas precárias. As colônias quase sempre surgiram às margens de um rio e tal preferência está relacionada a uma importante contribuição tecnológica – os moinhos movidos à água. Os esforços dos alemães trouxeram progressos e, com efeito, uma decisão da Assembléia Provincial elevou a colônia à condição de freguesia, preservando o nome original (1844). As melhorias das condições materiais estimularam a religiosidade e logo surgiu o desejo de construir uma nova matriz. Os colonos solicitaram ajuda financeira ao governo imperial e obtiveram resposta favorável de Pedro II, pois o imperador era filho de D. Leopoldina e o seu sangue era quase 100% alemão.

Comunidade do Louro/SC

Outro empreendimento importante surgiu na região do Alto Biguaçu. A colônia era conhecida como “Comunidade do Louro” devido ao rio homônimo, o qual foi assim designado em razão de um frondoso tronco de louro (*Cordia trichotoma*) caído sobre suas margens e que servia de ponte aos moradores. O acesso aos arraiais era difícil e perigoso; os colonos viviam isolados e entregues à própria sorte. Em busca de assistência espiritual, batizados e realização de casamentos, eles enfrentavam pântanos e a mata virgem para chegarem à São José, município mais próximo de Florianópolis. Atualmente, o percurso até o centro da capital, de automóvel e fora do horário de *rush*, não ultrapassa a 30min. Outra dificuldade enfrentada pelos colonos foi a intolerância religiosa – algumas famílias eram protestantes e alguns padres católicos se negavam a celebrar casamentos mistos (MOSIMANN, 2010). Ao visitar Santa Bárbara, São Pedro de Alcântara e a Comunidade do Louro, o conde dinamarquês Frederico Cristiano Raben descreveu as causas do isolamento dos colonos alemães:

Mas o caminho era muito ruim por causa das chuvas caídas no mês passado. Os cavalos atolavam amiúde até a barriga, e a gente montada neles ficava muito apreensivo, especialmente nas subidas e descidas. Os animais aqui não são ferrados, para poderem andar mais facilmente no chão mole do caminho; no entanto, escorregam mais facilmente (REITZ, 1992; p. 42).

O acesso à capital era precaríssimo e a região exibia geomorfologia acidentada, mas a Comunidade do Louro ganhou importância com o tempo. O suor dos colonos embebeu o solo e as primeiras colheitas serviram para saciar a fome dos pioneiros, como informou um filho ilustre da colônia (REITZ, 1988). Os irmãos mais velhos ou os adultos mais capacitados se encarregavam de ensinar às crianças o ABC, mas logo surgiram os professores ambulantes. Eles permaneciam um ou dois anos na comunidade e recebiam um ou dois mil réis mensais, acrescidos de algumas regalias (moradia e a concessão de uma pequena área para as plantações). Alguns profissionais se destacaram no ofício, como Fernando Knoll (1866-1958), poeta e possuidor de dons musicais.

Outro profissional muito requisitado era o dentista ambulante, terror da meninada. Eles visitavam várias regiões e os intervalos entre as visitas eram longos, muitos anos. A broca e os boticões vinham nos alforjes das mulas, mais a cadeirinha que compunha o ambulatório desses valorosos profissionais. Os anestésicos não existiam ou eram ineficazes e o tratamento odontológico basicamente se resumia na extração do dente cariado; os dentistas agiam com rapidez e eficiência. As benzedeadas e os conhecedores de mezinhas e beberagens também prestavam bons serviços à comunidade. Os colonos eram atormentados por doenças variadas (e.g., picadas de cobras, infestações parasitárias, malária e febre amarela), mas terapêutica recomendada geralmente se restringia ao “suadouro”, ingestão de óleos laxantes e beberagens domésticas; os casos mais difíceis eram entregues às benzedeadas, as quais tinham bom conceito junto aos santos e usavam o prestígio em favor de um doente em estado de aflição.

As mulheres que davam à luz contavam com a assistência das parteiras, como as valorosas Anastásia Guesser e Maria Platten que atuavam na comunidade do Louro. As “cegonheiras” ofereciam conforto emocional às mulheres aflitas e usavam suas habilidades para trazerem os bebês ao mundo, sem qualquer tipo de remuneração, além da gratidão da comunidade. Nós não dispomos de informações biográficas acerca de *Frau Platten*, mas Reitz (1988) informou que ela veio da Alemanha com os pais, casou-se com o escravo Miguel Ferreira (houve muita miscigenação na Comunidade do Louro) e deixou uma numerosa descendência; ela exerceu a profissão por mais de 40 anos – estima-se que através de suas mãos mais de mil bebês vieram ao mundo.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

A região do Alto Biguaçu basicamente abrange o atual município de Antonio Carlos, o principal fornecedor de frutas, hortaliças e legumes da capital, mas desde os primórdios de sua existência que o município é produtor de farinha de mandioca, açúcar grosso (mascavo) e melado, cachaça, laticínios e outros produtos de origem animal. Os produtos e *commodities* eram transportados nas “chatas”, embarcações de madeira nobre (cedro e peroba) e de tamanho variável (até 10m de comprimento). Elas percorriam o rio Biguaçu e transportavam até 60 sacas de farinha ou três pipas de cachaça, abastecendo o mercado de Florianópolis. Em razão da correnteza, o percurso de ida exigia perícia e muita atenção; o retorno exigia os músculos de dois negros, os quais faziam uso de varas de bambu para impulsionar as chatas rio acima; o cansativo processo demorava quase um dia inteiro.

Uma forma engenhosa de transporte de cachaça foi inventada pelo Sr. Dominik Reitz. Em 1942, o produto tinha atingido boa cotação no mercado, de modo que ele resolveu lançar nas águas do Rio Biguaçu os barris contendo o produto. Ele contratou alguns trabalhadores para acompanhar o percurso dos barris, a fim de remover a carga que se prendia nos galhos das árvores ou ficava retida nas tranqueiras do rio. Dentre 400 barris lançados ao rio, somente três se perderam – mais tarde, descobriu-se que eles foram roubados pelos apreciadores da boa cachaça da região. As mercadorias também eram transportadas em carros de boi (“cabeça de boi”), mas tudo dependia das condições das estradas. As viagens eram mais demoradas e exigiam cuidados redobrados, pois as chuvas praticamente inviabilizavam os deslocamentos – tropeiros e as alimárias corriam o risco de ficarem atolados nos lamaçais!

Os próprios colonos administravam as escolas e o ensino era ministrado no idioma alemão, mas alguns professores da capital foram contratados e gradativamente o idioma português ganhou espaço no sistema pedagógico. Ao lembrar os anos de sua infância na comunidade do Louro, Padre Raulino Reitz esclareceu os métodos de ensino nas escolas primárias. Ele iniciou seus estudos na Escola Mista do Louro (1927) e era obrigado a caminhar cerca de 2 km com uma bolsa contendo a pedra (lousa preta usada para os rudimentos da escrita); o lanche matinal era composto por pão de milho, queijo e melado. Os professores amansavam as traquinices com castigos variados (e.g., puxões de orelha, varadas na barriga da perna ou o ajoelhar-se sobre areia grossa), tendo o consentimento dos próprios pais (REITZ, 1988; 1992). Os castigos físicos eram comuns no antigo sistema escolar e os educadores tinham muita preocupação com a ordem e a disciplina, algo ainda mais acentuado nas escolas das colônias alemãs.

Os teóricos do *melting pot* provavelmente ficariam fascinados com a diversidade étnica da comunidade do Louro. Ela foi o lar de famílias alemãs, açorianas, libanesas e dos africanos trazidos de Angola. A região também era habitada pelos índios Xokleng, os quais andavam nus e pouco se relacionavam com os colonos;

eles roubavam galinhas e davam prejuízos aos plantadores de milho e mandioca e, para evitar confusões com a indiada, as famílias penduravam alguns produtos da lavoura nas árvores, os quais eram recolhidos às escondidas (REITZ, 1988; 1992).



Figura 5

A educação das crianças ficava aos encargos dos membros da colônia, o que alimentou o sentimento de auto-suficiência e preservou a identidade cultural (Picada dos Moinhos, Colônia de São Leopoldo/RS).

Blumenau e Dona Francisca/SC

A instalação de colonos suíços e alemães em Nova Friburgo/RJ (1819) e São Leopoldo/RS (1824) foi precedida da vinda de açorianos na Colônia de Santo Agostinho, no município de Viana/ES (1812), bem como a contratação de trabalhadores chineses (1817) cujo objetivo era a implantação de lavouras de chá na Real Fazenda de Santa Cruz/RJ. Pouco mais tarde vieram os colonos alemães que se instalaram em Leopoldínia/Frankenthal e São Jorge dos Ilhéus (1818). A imigração estimulada e financiada pelo governo imperial cessou repentinamente com a promulgação da Lei do Orçamento (15 de Dezembro/1830), a qual proibia qualquer despesa do erário com projetos dessa natureza; a proibição não se aplicava aos escravos, pois eles desempenhavam outras funções. A lei orçamentária impunha medidas restritivas aos colonos interessados na vinda ao Brasil, mas o Ato Adicional (12 de Agosto/1834) trouxe uma novidade, pois ele conferia às províncias o direito de estabelecer regras próprias.

Alguns empreendedores particulares extraíam vantagens econômicas com o processo migratório, mas os idealistas visavam o bem-estar dos compatriotas e conciliavam as nobres intenções com remunerações razoáveis.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

O fluxo migratório exigia o controle governamental e os potenciais imigrantes começara a contar com serviços especializados; a empresa que atingiu os melhores resultados foi a *Hamburger Colonisations – Verein von*, fundada em 1849 pelo senador Christian M. Schroeder e que, mais tarde, ganhou outro nome (*Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft*, 1897). Foi através das ações conjugadas desta empresa e do Príncipe de Joinville, esposo de D. Francisca de Bragança, que surgiu a Colônia D. Francisca, situada em Santa Catarina e que hoje representa a cidade mais importante, em termos econômicos e populacionais, do estado catarinense (Joinville).

A empresa *Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft* contratou os serviços de Hermann Blumenau, o qual foi encarregado de instalar um núcleo alemão às margens do Rio Itajaí. Os documentos revelam o envio de correspondência à Alemanha (Março/1848), na qual o jovem Blumenau manifestava o desejo de aliviar o estado de penúria e as duras circunstâncias das famílias alemãs honestas e diligentes (MOSIMANN, 2010). As colônias implantadas às margens do Rio Itajaí-Mirim e na bacia do Rio São Francisco do Sul (Blumenau e D. Francisca, respectivamente) foram beneficiadas pela nova política migratória e contou com a administração eficiente de seus líderes. Em fins de 1850, a Colônia Blumenau contava com apenas 20 habitantes, mas ampliou o número para 468 habitantes (fins de 1856). Por outro lado, a Colônia D. Francisca teve crescimento irregular, mas se transformou no município mais povoado e com maior nível de atividade econômica. Os antigos documentos descrevem o seu crescimento:

A 7 de maio de 1851 desembarcaram os primeiros colonos e fundaram o primeiro estabelecimento, Schrödersort, que depois se tornou a cidade capital da colônia, Joinville; imigraram em 1851 uns 484 colonos alemães, suíços e noruegueses; 409 em 1852; 124 em 1853; 495 em 1854, num total de 1.512, dos quais até fins de 1854 morreram 111 e 252 se retiraram; daí em diante a afluência completou o número convencionado de 1.500, e mesmo o superou; por outro lado, muitos se retiraram, de sorte que a colônia nos fins de 1856 só contava 1.428 habitantes, dos quais 142 católicos, 1.286 protestantes (HANDELMANN, 1931; p.515-16).

As descrições revelam duas coisas interessantes: a origem dos contingentes teutônicos (alemães, suíços e noruegueses) e o predomínio de protestantes. As regiões Norte e Nordeste também acolheram imigrantes, mas eles se dispersaram com o tempo. Alguns deles retornaram ao país de origem, outros desceram para os estados do Sul ou foram para mais longe – os EUA.

Por outro lado, as colônias instaladas nos três estados da região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) tinham outros propósitos e, com efeito, os resultados foram mais intensos e duradouros. A instalação de famílias alemãs ocorreu um pouco mais tarde, em relação ao que ocorreu na Bahia, São Paulo e no Rio de Janeiro, mas os núcleos visavam o povoamento e a defesa de áreas inóspitas, ao mesmo tempo em que permitia o “branqueamento” da população brasileira. Os colonos receberam lotes isentos de pagamento ou com preço subsidiado e o distanciamento dos grandes centros promoveu maior coesão entre os imigrantes. Com efeito, a instalação da colônia de São Leopoldo/RS (1824) é o marco mais importante da presença alemã no Brasil.

O que ocorreu no Estado de Santa Catarina também foi diferente e inovador. O estado foi o primeiro a fazer uso do Ato Adicional (12 de Agosto/1834), o qual conferia às províncias o direito de estabelecer regras próprias sobre a imigração. Em seguida à promulgação do Ato Adicional, surge a Lei Provincial de Colonização (15 de Julho/1836), a qual permite a instalação de colônias alemãs no Vale do Itajaí (BRANDENBURGER, 1925). Algumas províncias adotaram os mesmos procedimentos e não atingem resultados esperados, pois faltavam-lhes a experiência e os fundos necessários às instalações das colônias. De modo geral, o Ato Adicional de 1834 não atingiu bons resultados, como demonstra o fluxo migratório: no período 1818-30 o Brasil acolheu 9.455 imigrantes alemães, mas, após a promulgação do ato e no período da Regência, o número caiu substancialmente para 2.569.

A abdicação de Pedro I (1831) e agitações políticas na região Sul (Revolução Farroupilha, 1835-45) explicam o decréscimo do fluxo migratório. Tais fatores não estimulavam a vinda de novos colonos, os quais preferiam se estabelecer na América do Norte – mais próxima da Europa e com política migratória mais favorável. As autoridades brasileiras impunham sérias restrições ou não facilitavam a dura vida dos colonos. Eles eram majoritariamente protestantes e o Artigo 5º da constituição (25 de Março/1824) declarava que a religião oficial do país era a Católica Apostólica Romana, o que significava sérias restrições aos não-católicos – os templos protestantes não podiam exibir sinais exteriores (e.g., sinos, torres e placas informativas) e as cerimônias geralmente estavam restritas ao ambiente doméstico e particular. Tal mentalidade atrasada explicam os comentários abaixo:

No ano de 1855, existiam em todo o Brasil cerca de 80 colônias de imigrantes agricultores, cuja totalidade da população pode somar apenas umas 40.000 alma; portanto, mais ou menos o mesmo que costuma emigrar para os Estados Unidos num só trimestre! (HANDELMANN, 1931; p. 346).

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Os colonos do Vale do Rio Itajaí foram liderados por Hermann Blumenau. Ele desempenhou papel importante para o sucesso da colônia, pois informava os compatriotas sobre as características do local (clima, qualidade do solo e potencial agrícola) e os procedimentos legais para aquisição das terras. Em outras circunstâncias, os colonos não dispunham de tais informações ou eram entregues à própria sorte. Os alemães que se instalaram em Wisconsin/EUA também usufruíram desse privilégio, pois eles contaram com o suporte gerencial do Dr. Carl Haas, o qual fornecia aos compatriotas informações sobre as viagens (custo das passagens, duração das viagens e provisões necessárias), peculiaridades do local para onde eles se dirigiam (clima, população nativa e animais) e sugestões úteis para o cultivo da terra (SCHLEMPER, 2007). Em situações anteriores, as famílias se encontravam entregues à própria sorte, mas conselhos de Blumenau e Haas minimizavam os desconfortos e tranquilizavam os colonos. A escolha de um compatriota para administrar a vida da colônia contribuiu bastante para o sucesso do empreendimento.

Fazenda do Córrego Secco/RJ

Outro empreendimento importante nasceu nos limites da Fazenda do Córrego Secco. O interesse de Pedro I e os esforços dos colonos alemães fizeram surgir Petrópolis/RJ. A fazenda se encontrava afastada da capital, em razão do acesso montanhoso e das péssimas estradas, e era visitada apenas pelos tropeiros e naturalistas. O imperador não conhecia região, mas, numa viagem à Minas Gerais, ele se viu obrigado a transpor a Serra da Estrela. O esplêndido cenário e o ar puro das montanhas lhe causaram boa impressão. A Fazenda do Córrego Secco possuía apenas a residência de seu dono, mais duas ferrarias e dois ranchos; ela pertencia ao Sargento-Mor José Vieira Affonso e o imperador resolveu comprá-la (6 de Fevereiro/1830). No ano seguinte, ocorre a abdicação de Pedro I e somente após alguns anos a propriedade é transferida para Pedro II (1841), o qual encarrega o Major Julius Friedrich Köeler de realizar o levantamento topográfico da região.

A colonização ocorreu após um incidente. Com efeito, o veleiro *Justine* aportou no Rio de Janeiro com 238 alemães que se destinavam às colônias da Austrália, mas eles se desentenderam com o comandante e foram forçados a desembarcar na capital. Köeler soube dos infortúnios de seus compatriotas e agiu rápido para contratá-los nas melhorias das estradas que davam acesso à Petrópolis. Muitos trabalhadores eram agricultores e, como seria esperado, iniciaram vistosas plantações de hortaliças ao lado das estradas, fato que despertou as atenções das autoridades para a instalação de uma colônia na região.

A província do Rio de Janeiro promulgou a lei (10 de Maio/1840) autorizando a implantação de uma colônia agrícola, prevendo subvenções às empresas encarregadas de agenciar, contratar e proporcionar as condições iniciais dos colonos.

Conforme descrevem seções anteriores, o engenheiro Köeler, do Corpo de Estrangeiros do exército imperial, foi o encarregado das melhorias da cidade até a sua trágica e inesperada morte (1847). O desejo de instalar uma colônia agrícola em Petrópolis avançou com o projeto elaborado por Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial e amigo do Major Köeler, o qual é aprovado por Pedro II (16 de Março/1843). Poucos dias depois (26 de Julho), Köeler arrenda por um conto de réis a Imperial Fazenda do Córrego Seco, tendo como obrigação a instalação de colonos alemães na região. O contrato final foi assinado sete meses depois (30 de Outubro/1843); em seguida Köeler inicia a construção do Palácio Imperial, promove melhorias nas estradas e inaugura novas ruas. Em 17 de Junho de 1844, o governo da província do Rio de Janeiro firmou contrato com a empresa Del Rue & C. para instalação de 600 colonos na Imperial Fazenda; a então colônia Petrópolis foi transformada em freguesia (23 de Maio/1845) e dois anos depois já contava com 2.469 habitantes.

As melhorias das estradas e a beleza da região elevaram a antiga Fazenda do Córrego Seco a uma situação privilegiada. Com efeito, ela se tornou o local de veraneio da família imperial e refúgio preferido dos representantes diplomáticos ou das famílias de elevada condição social. Por ocasião do surto de febre amarela que atingiu a capital (1850), a região se tornou ainda mais conhecida. Petrópolis ganhou as feições de uma cidade européia e a influência da comunidade germânica ainda é constatável em nomes de ruas e estabelecimentos comerciais. Entretanto, os melhoramentos das estradas e a construção de uma estrada de ferro, a primeira construída no Brasil, proeza de João Evangelista Máximo de Souza, o Barão de Mauá (30 de Abril/1854), promoveram substancial aumento populacional e, conseqüentemente, Petrópolis perdeu muitas de suas feições originais. Algo parecido ocorreu com as antigas colônias alemãs situadas próximas às capitais, como São Leopoldo/RS e São Pedro de Alcântara/SC.

Outras experiências colonizatórias

Quais foram os fatores que guiaram a política migratória do governo imperial? As autoridades pretendiam estimular o desenvolvimento econômico do Brasil, mas a população era insuficiente faltava mão-de-obra capacitada. Outro fator que influenciou a imigração européia foi a política anti-escravagista da Grã-Bretanha, a qual havia abolido a escravidão em suas colônias e estava interessada em adotar o mesmo procedimento em relação às Américas; o intuito era evitar que estas produzissem açúcar e outros produtos mais baratos.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Em razão das medidas restritivas da Grã-Bretanha, o tráfico de escravos começou a declinar em torno de 1830 e as dificuldades resultaram na elevação do preço da “carne humana”.

A região Norte sentiu os efeitos da escassez de mão-de-obra, pois os escravos disponíveis foram despachados para as plantações de café do Sudeste, as quais davam mais lucros aos fazendeiros; as regiões Norte e Nordeste usavam engenhos ultrapassados, eram excessivamente dependentes do sistema escravagista e tinham que competir com as colônias da América do Norte, as quais produziam algodão e açúcar de beterraba e se encontravam mais próxima do centro consumidor, a Europa. A dependência da mão-de-obra escrava, o atraso tecnológico e as distâncias a serem vencidas explicam o declínio econômico das regiões supracitadas.

A competição econômica e a inexorável abolição da escravatura exigiam a adoção de procedimentos inovadores, como ocorreu nas fazendas do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), grande plantador de café. Ele vislumbrou os riscos da dependência da mão-de-obra escrava e implantou o sistema meeiro em suas fazendas no estado de São Paulo; não se tratava de uma novidade, exceto que a intenção era implantar o sistema em larga escala nas fazendas de São Paulo. Vergueiro era contrário à concessão de terras gratuitas e fornecimento de subsídios aos colonos europeus (diárias e pagamento das passagens), enquanto os nacionais não usufruíam de tais benefícios; ele postulava que os benefícios deveriam ser abolidos, mas deveria ser estimulada a contratação de mão-de-obra livre (SIRIANI, 2005). No final de 1842, Vergueiro trouxe 90 famílias portuguesas e as instalou na Fazenda Ibicaba, de sua propriedade; o plano fracassou, pois em poucos meses as famílias haviam se dispersado.

Vergueiro havia notado os resultados dos esforços dos colonos alemães na Fazenda Imperial do Córrego Seco (atual Petrópolis/RJ) e voltou seus olhos para a Alemanha, contando com o apoio das autoridades brasileiras. Em Junho/1847 ele estabeleceu um contrato com 400 colonos (80 famílias) das cidades Hanseáticas. O governo brasileiro antecipava o pagamento das passagens e os colonos, por intermédio de Vergueiro, eram obrigados a restituir os valores ao Tesouro. As antecipações correspondiam a 40 piastras espanholas por pessoa acima de 12 anos; crianças com idade entre 5 e 12 anos mereciam antecipação de 20 piastras (BRANDENBURGER, 1925).

O contrato previa a concessão de uma área para plantio de café, outra menor para o cultivo de gêneros alimentícios. Vergueiro concedia os mantimentos necessários até as primeiras colheitas e os colonos, por seu turno, eram obrigados a vender toda a produção e demais produtos excedentes por intermédio da Casa Vergueiro, a qual ficava com a metade de toda a produção; metade da metade da produção que cabia ao colono era utilizada para amortizar as dívidas.

Os juros da dívida principal e as despesas de transporte dos colonos, do Porto de Santos à Fazenda Ibicaba, eram escrupulosamente registrados; os colonos eram impedidos de se desligarem da fazenda sem quitar os débitos e, mesmo assim procedendo, Vergueiro impunha aviso por escrito e com seis meses de antecedência.

Os contratos eram cercados de formalismos, mas parece que traziam vantagens para ambas as partes. A idéia foi copiada por outros fazendeiros e alguns colonos prosperaram com o sistema implantado por Vergueiro, como ocorreu com o Coronel Francisco Schmidt, dono da Fazenda São Lourenço (Piracicaba/SP) e conhecido à época como o “rei do café”. Schmidt era filho de um ex-meeiro que viera para o Brasil em 1858, oriundo do grão-ducado de Hesse; o pai juntou economias suficientes para se tornar dono de uma fazenda em Descalvado e transmitiu ao filho os sinais da prosperidade. Outras famílias de alemães prosperaram com o sistema implantado por Vergueiro, mas, de modo geral, ele não foi benéfico para a colonização do Brasil.

O sistema original contemplava as oscilações dos preços da produção cafeeira, da mesma forma que os benefícios davam aos colonos uma folga nos primeiros anos. Entretanto, muitos fazendeiros gananciosos copiaram o modelo de contrato, mas iludiram os colonos com outras imposições. Eles estavam acostumados a lidar com os escravos, os quais se sujeitavam aos abusos dos senhores, e adotavam os mesmos procedimentos em relação aos colonos alemães. Estes não tinham fluência no idioma português, tampouco conheciam os procedimentos legais inerentes às demandas. Os questionamentos eram levados aos tribunais, mas as autoridades estavam mais propensas a favorecer os fazendeiros. As revoltas estavam se avolumando e o governo alemão teve que atuar em favor de seus compatriotas, de modo que o Ministro do Comércio da Prússia proibiu por escrito o engajamento de colonos para o Brasil (3 de Novembro/1859); o reino de Wuettemberg e o grão-ducado de Baden acompanharam a deliberação do ministro von der Heydt (BRANDENBURGER, 1925).

No Brasil, a primeira empresa de colonização foi a Companhia Belgo-Brasileira, a qual conseguiu do governo imperial vastas extensões de terras em Santa Catarina e tinha como objetivo a instalação de 100 famílias belgas e alemãs. Os resultados foram insatisfatórios, mas fracasso maior ocorreu a partir da criação da Companhia de Navegação e Comércio de Mucury (1847), iniciativa do empresário Theophilo Benedicto Ottoni (1807-69). Ele tinha como meta a instalação de 3.000 imigrantes no interior de Minas Gerais, criando o que seria o Núcleo Philadelphia (“cidade do amor fraternal”); o engenheiro alemão Robert Schlobach ficou encarregado da demarcação das terras (1852-59), mas o empreendimento enfrentou sérias dificuldades: a região se encontrava distante dos centros urbanos, era povoada por índios bravios e os colonos padeciam de malária (HANDELMANN, 1931). A colônia européia não prosperou,

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

mas a região abriga uma importante cidade cujo nome nos faz lembrar as idéias do arrojado empresário (Teófilo Ottoni/MG); o fracasso do projeto fez aumentar a rejeição das autoridades alemãs à vinda de seus compatriotas para o Brasil.

Filhos ilustres da comunidade

Alguns estudos descrevem a importância dos alemães na formação da sociedade brasileira (HANDELMANN, 1931; OBERACKER JR., 1985; SEYFERTH, 1999), mas um assunto pouco examinado é a contribuição germânica para os avanços do conhecimento e fortalecimento das nossas instituições científicas. A partir de 1808, o Brasil começou a receber mais intensamente a visita de naturalistas europeus, os quais descreveram a nossa rica biodiversidade e a suposta índole dos luso-brasileiros – indolentes e pouco afeitos ao trabalho sistemático. Como iremos examinar a seguir, alguns desses personagens contribuíram para a formação da mentalidade científica e deixaram marcas indeléveis nas nossas instituições.

Wilhelm L. von Eschwege (1775-1885). Alguns naturalistas alemães compõem a galeria dos pioneiros da mineralogia do Brasil, destacando-se o Coronel von Eschwege e o Tenente-Coronel Franz Ludwig Wilhelm von Varnhagen (1782-1842), os quais desempenharam funções junto à Coroa Portuguesa. Von Eschwege dirigia o Real Gabinete de Mineralogia (1810-21), por determinação de João VI, e realizou pesquisas geológicas em Minas Gerais. Ele era formado pela Universidade de Göttingen e foi o iniciador da geologia brasileira; a sua obra *Pluto brasiliensis* (1833) foi comemorada pelos naturalistas de seu tempo. Por seu turno, von Varnhagen foi o idealizador da Fábrica de Ferro de Ipanema/SP e era pai de Francisco Adolfo von Varnhagen, conhecido historiador brasileiro. Os dois empreendedores conseguiram produzir ferro em escala industrial – von Eschwege informou que a produção ocorreu inicialmente na fábrica de Congonhas do Campo (1812), sob sua orientação, e von Varnhagen apenas repetiu a proeza seis meses após (LEONARDOS, 1955).

As investigações sobre os recursos minerais tinham lugar de destaque, em razão dos interesses de D. Leopoldina e de José Bonifácio, o primeiro a ocupar a cátedra de mineralogia na Universidade de Coimbra (1801); também é digno de nota que D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (1866-1934), engenheiro civil e neto de Pedro II, publicou sete artigos sobre mineralogia (LEONARDOS, 1955). Havia o interesse em explorar as riquezas naturais no Brasil e a vinda dos naturalistas alemães deu impulso à mineralogia. Interessantemente, o Coronel von Eschwege tinha uma opinião pessimista acerca de nossas riquezas minerais, em contraste com os ufanistas que enxergavam nas montanhas veios inesgotáveis de ouro e diamantes.

A riqueza fácil causou despovoamento e o decréscimo da atividade econômica de Portugal; as instituições foram negligenciadas e emergiu a aversão ao trabalho metódico e especializado. A decadência coincidiu com a descoberta das jazidas auríferas no Brasil e nós herdamos a indolência dos lusitanos. Além da moralidade flexível, a inoperância dos brasileiros foi comentada por von Eschwege: “habituaado a realizar seus negócios ao meio-dia, vestido ainda do camisolão de dormir e na maior comodidade possível, é sempre ultrapassado pelo estrangeiro operoso, que já às primeiras horas da manhã fez a maioria de seus negócios, com grande desvantagem para o primeiro (VON ESCHWEGE, 2011; p. 193). As autoridades agiam como se as riquezas fossem inesgotáveis – um gigante adormecido num “berço esplêndido” – e pouco se importavam com o futuro da nação.

Theodor Peckolt (1822-1912). O interesse dos naturalistas alemães por nossa biodiversidade manteve-se aceso e alguns se instalaram definitivamente no país e contribuíram para o desenvolvimento das ciências naturais. Foi o que ocorreu com Theodor Peckolt, o estudioso das plantas brasileiras. Ele se formou na Universidade de Göttingen e migrou para o Brasil em plena mocidade (1847), aqui permanecendo os 65 anos restantes de sua vida. O emprego numa botica no interior de Minas Gerais lhe garantiu o dinheiro suficiente para comprar um cavalo e, então, ele inicia as viagens de estudos às províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Peckolt abriu as portas aos estudos das plantas medicinais e deu novos rumos à indústria da cana-de-açúcar; ele associava os conhecimentos da química com a botânica e mostrou que muitas plantas brasileiras tinham importantes efeitos terapêuticos. Em reconhecimento de seus méritos, o naturalista foi condecorado por Pedro II com a Ordem da Rosa (RHEINBOLDT, 1955; DOS SANTOS et al., 1998). Suas contribuições mais relevantes foram *História das plantas alimentares e de gozo* (1871-82, oito volumes) e *História das plantas medicinais e úteis do Brasil* (1888-99, sete volumes) – a última obra foi escrita em colaboração com o filho Gustavo Peckolt.

Johann Friedrich Theodor Müller (1822-97). É outro personagem ilustre das ciências naturais, mais conhecido pelo nome simplificado Fritz Müller. Ele se agregou à colônia do Dr. Hermann Blumenau, instalada no Vale do Itajaí e que atualmente leva o nome deste. Müller despendeu a maior parte da vida em Blumenau/SC; ele havia tido problemas na Alemanha – a família era de liberais protestantes e, ao concluir os estudos necessários ao doutoramento, aos 22 anos de idade, ele se recusou a prestar juramento de lealdade à pátria – e veio ao Brasil em razão da amizade que tinha com Blumenau. Fritz Müller mantinha correspondência com cientistas renomados e é mencionado nos livros de Charles R. Darwin (*The origin of species*, 1859; *The descent of man*, 1871), ocasiões em que ele sugere ao naturalista inglês hipóteses explicativas,

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

acrescenta informações e empresta os elegantes desenhos para ilustrar a evolução das estruturas morfológicas dos invertebrados.

Müller era um ardoroso defensor da teoria da evolução das espécies e chegou a publicar uma obra em favor das idéias de Darwin (*Für Darwin*, 1864)²⁰, o que lhe trouxe alguns problemas no Liceu Provincial do Desterro (o atual Colégio Catarinense), instituição mantida pelos padres jesuítas. É comum imputar o dogmatismo dos inacionos a demissão de Müller, mas Oswaldo Cabral (1972) postulou que ela fora ocasionada pelo seu ardor evolucionário e germanismo acentuado – nem Hermann Blumenau agüentava as excentricidades do naturalista!

As instituições acadêmicas reconheciam os méritos de Fritz Müller. Ele escreveu cartilhas de alfabetização e seus estudos permitiram a descoberta do agente causal da malária (mosquitos anofelinos que viviam nas águas das chuvas retidas entre folhas de bromélias), mas algumas fontes apontam que o germanismo acentuado escondia o preconceito em relação aos negros e mulatos e também culpam Müller por não formar seguidores ou de “esconder” suas descobertas em periódicos de difícil acesso – ele pensava, escrevia e publicava em alemão e apenas circunstancialmente vivia no Brasil. A sua memória é reverenciada, mas predomina algum exagero. Por exemplo, alguns postulam que Müller era o oposto de um germanófilo e que exibia simpatias em relação aos negros ou que fora o único personagem do mundo científico homenageado com um monumento erguido em praça pública – os informantes ignoram a existência de Oswaldo Cruz ou Carlos Chagas!

Antes de ser contratado pelo Liceu Provincial para ministrar aulas de matemática (1865-87) e ter sido indicado por Pedro II a ocupar o cargo de naturalista-viajante do Museu Imperial (1877-91), Müller mantinha correspondência com naturalistas notáveis e *Für Darwin* lhe havia garantido respeitabilidade científica. Seus rendimentos eram modestos, mas a ardorosa defesa do evolucionismo ocasionou a saída do Liceu Provincial. Os problemas não se esgotaram, pois, nos anos posteriores à Proclamação da República (1889), os novos dirigentes do Museu Nacional obrigaram o naturalista a fixar residência no Rio de Janeiro; Müller havia adquirido uma propriedade na colônia do Dr. Blumenau e se recusou a abandonar o arraial. Ele enviou uma carta solicitando a demissão do cargo (5 de Junho/1891) e ficou magoado com a celeridade do aceite do pedido, sem nenhuma compensação financeira e às vésperas de completar 70 anos de idade. São essas atribulações que fazem entender os seus comentários mal-humorados acerca da índole dos brasileiros.

²⁰ Edição brasileira: *Para Darwin*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009 (Comentários e Necrológios).

Fritz Müller cultivava hábitos simples e parecia satisfeito com a vida de colono no Vale do Itajaí. Ele andava com os pés descalços, protegia a cabeça com um enorme chapéu de palha e quase sempre estava munido dos instrumentos de um típico colono alemão – enxada e facão. A veneranda *Royal Society* o tinha em alta conta e Charles R. Darwin o presenteou com uma designação elogiosa: “o príncipe dos observadores”. A sua memória foi imortalizada num epônimo científico: mimetismo mülleriano – características morfológicas compartilhadas por espécies distintas e que simulam o aspecto físico de um animal predador, como os “olhos” nas asas de certas borboletas que se assemelham aos olhos de uma coruja.

Fritz Plaumann (1902-94). Entomologista alemão que se instalou com a família no Brasil. Ele era muito jovem e teve oportunidade de organizar uma fabulosa coleção de insetos (cerca de 80 mil espécimes, coletados ao longo dos 70 anos de atividade). Ele não tinha vínculo com nenhuma instituição acadêmica, pois vivia no interior de Santa Catarina e a sua coleção era mantida por interesses particulares. Isso explica as dificuldades que ele encontrou para realizar coletas e trocar material com colegas no exterior. Os entraves se deram em relação ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IBDF), embrião do atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), órgão criado em 1989 para fiscalizar o setor. Fora dos limites do Estado de Santa Catarina ou dos círculos acadêmicos, Plaumann é pouco conhecido, mas ele classificou várias espécies, estimulou vocações científicas, permitiu estudos comparativos e a sua preciosa coleção deu origem ao “Museu Entomológico Fritz Plaumann”, localizado no município de Seara/SC²¹. O governo da Alemanha o distinguiu com a Grã-Cruz do Mérito Científico (1991).

Outros personagens. Alguns naturalistas da região Sul do país alcançaram renome internacional e ocupam lugar privilegiado na história das ciências naturais, entre os quais *Balduino Rambo* (1905-61), *João Alfredo Rohr* (1908-84) e *Raulino Reitz* (1910-90); os três são filhos genuínos da colônia alemã, seguiram carreira eclesiástica e eram homens de espírito prático (GUERRA, 2010). Rambo e Reitz escreveram obras sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente; Padre Rohr foi um educador exemplar no Colégio Catarinense (Florianópolis/SC) e foi um pioneiro da arqueologia brasileira. Outro personagem que não deve ser esquecido é *Egon Schaden* (1913-94), natural de São Bonifácio, município pertencente à Grande Florianópolis. Ele foi Professor Catedrático na Universidade de São Paulo, lecionou em importantes instituições da Europa e Japão e foi o fundador da Revista de Antropologia; numa importante obra sobre a história das ciências, Schaden foi o encarregado de descrever o desenvolvimento da etnologia no Brasil²².

²¹ *O diário de Fritz Plaumann* (M.B. Spessatto, org.). Chapecó: Argos Editora Universitária, 2001.

²² A etnologia no Brasil. In: M.G. Ferri & S. Motoyama (Coords.). *História das ciências no Brasil*. Volume II, pp. 239-71. São Paulo: EPU e EdUSP, 1979.

Herança institucional

De acordo com Charles R. Darwin, o Brasil era o “paraíso dos naturalistas”. O país recebeu a visita de incontáveis expedições científicas, as quais coletaram material que enriqueceram as instituições acadêmicas da Europa e EUA – nessas ocasiões, o Museu Imperial carecia de recursos, sequer contávamos com uma universidade em funcionamento e os pesquisadores brasileiros até hoje encontram dificuldades para ter acesso ao material coletado. A coleção do Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied (1815) foi levada para a Alemanha, mas parte dela foi encaminhada ao *American Museum of Natural History* (EUA). Louis Agassiz também coletou uma enorme quantidade de amostras da fauna e flora e o material foi destinado ao *Museum of Comparative Zoology* (EUA).

Algo espantoso foi a dilapidação do acervo paleontológico de Lagoa Santa/MG, realizada pelo dinamarquês Peter Wilhelm Lund e que nada deixou para os naturalistas que vieram a seguir. Ele enviou aos museus de Copenhague mais de 12.000 registros fósseis de mamíferos gigantes (*Ciência Hoje*, Março-Abril/1983), não formou equipe de pesquisadores no Brasil e sequer temos acesso aos seus *papers*. Agassiz encarregou alguns auxiliares a explorar as cavernas de Lagoa Santa (9 de Junho/1865), mas eles retornaram de mãos vazias, pois as cavernas haviam sido completamente despojadas de seus tesouros. Não existe nenhum esforço institucional para recuperar o material transportado para a Dinamarca e alguns desavisados ainda consideram Lund o legítimo “pai da paleontologia brasileira”.

Os naturalistas mencionados nos parágrafos anteriores ocupam lugar de destaque no cenário científico, mas eles pouco ou nada contribuíram para o desenvolvimento das nossas instituições. Por outro lado, alguns alemães contribuíram para a formação da mentalidade científica e deixaram marcas indeléveis nas nossas instituições. São os filhos da comunidade germânica, como *Otto Wucherer* (1820-73), pioneiro da medicina tropicalista e fundador do primeiro periódico científico (*Gazeta Médica da Bahia*, 1866), *Hermann von Ihering* (1850-1930), fundador do Museu Paulista (1894) e seu dirigente por muitos anos, e *Emilio Goeldi* (1859-1917), suíço-alemão fundador do Museu Paraense (1894), o qual atualmente leva o seu nome.

Do ponto de vista institucional, devemos apontar a fundação do Instituto Bacteriológico (1893, atualmente Instituto Adolfo Lutz) e o Instituto Agrônomico de Campinas (1887), os quais estiveram à frente *Adolfo Lutz* (1855-1940) e *Franz W. Dafert* (1863-1933). A criação do Museu Imperial se deu a partir da aquisição da famosa coleção Werner, pertencente à Pabst von Olheim e que continha 3.500 amostras mineralógicas, classificadas e organizadas, além da coleção particular de D. Leopoldina; a instituição também contou com valiosas contribuições de Langsdorff e Friedrich Sellow e de naturalistas-viajantes, entre os quais Fritz Müller, Emilio Goeldi e Hermann von Ihering.

Os efeitos positivos da inteligência germânica também se manifestaram na fundação da Universidade de São Paulo (1934), pois na ocasião vários pesquisadores alemães foram contratados para compor seus departamentos. Eles se destacaram na vida acadêmica, como *Felix Kurt Rawitscher* (1890-1955), *Heinrich Rheinboldt* (1891-1955), *Gustav Gotthelf Marcus* (1893-1968), *Viktor Leinz* (1904-83) e *Johanna Liesbeth Kubelka Döbereiner* (1924-2000). Um caso interessante ocorreu com o antropólogo alemão *Curt Nimuendajú* (1883-1945), pois ele se enraizou no Brasil e até julgou conveniente a troca do sobrenome original Unckel para Nimuendajú (1906), atribuído pelos indígenas da tribo dos Guarani-Ñandeva e que significa “fazer moradia”. O envolvimento desses personagens impulsionou as ciências naturais no Brasil.

Novos desafios, novas dificuldades

A presença alemã nos estados sulinos foi nitidamente positiva, para o Brasil e para as famílias que saíram da pátria-mãe em busca de melhores condições de vida. Carl von Koseritz se sentia profundamente apegado à colônia do Rio Grande do Sul, mas julgava-se ainda um genuíno alemão; os compatriotas que viviam no Rio de Janeiro desconheciam o que se passava nas colônias da região Sul, sem que houvesse algum traço de união entre os grupos. O jornalista notou outras diferenças: os alemães instalados na região Sul estavam adaptados às novas circunstâncias (i.e., eram alemães brasileiros), mas os compatriotas do Rio de Janeiro eram apenas estrangeiros que haviam chegado ao país com o propósito de enriquecerem e tinham intenções de retornar à Alemanha o mais rapidamente possível (VON KOSERITZ, 1980).

Os colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina desejavam a fixação definitiva no país, mas a integração foi cercada de dificuldades; as diferenças climáticas exigiam novos procedimentos nas lavouras e a população local exibia desconforto ou preconceito em relação aos estrangeiros, especialmente os alemães. Outro problema era a educação das crianças; os pais entendiam a importância da educação dos filhos, mas praticamente inexisteriam escolas ou as crianças tinham dificuldades em aprender as lições ministradas no idioma português. Elas freqüentavam de modo irregular as escolas e tentou-se o uso de cartilhas específicas e a contratação de professores alemães para ensinarem nas escolas das comunidades. O domínio do idioma português facilitou os avanços na educação das crianças, mas os pais não acompanhavam os progressos de seus filhos e tinham dificuldades em entender o que eles falavam (ANUSZWSKA, 1980).

No plano espiritual, os colonos encontravam dificuldades para sepultar os mortos e realizar cerimônias de casamento (NADALIN & BIDEAU, 2005;

SIRIANI, 2005). A constituição imperial privilegiava o Catolicismo e as outras religiões tinham liberdade restrita. As autoridades não exibiam muita simpatia em relação aos protestantes e a intolerância de alguns padres católicos dificultava a realização dos casamentos, caso um dos cônjuges fosse protestante; houve até tentativa de alguns padres jesuítas de anularem os vínculos matrimoniais realizados fora do âmbito da Igreja Católica (AVÉ-LALLEMANT, 1980; MOSIMANN, 2010). A vinda de religiosos da Alemanha solucionou muitos problemas, mas acentuou o enquistamento da comunidade na nação católica.

Os colonos tinham dificuldades para obtenção da cidadania e a escassez de raparigas em fase casadoira era outro fator que promovia dessorço entre os rapazes. Outro problema trivial era decorrente da nomeação de lusobrasileiros para administração das colônias, pois os dirigentes não entendiam o idioma dos colonos e estes, sentiam-se confusos diante dos costumes e das leis do país. A nomeação de dirigentes alemães, tal como ocorreu nas colônias de São Leopoldo e Blumenau, foi uma medida positiva, pois um compatriota enfrentava as mesmas dificuldades e tinha melhor conhecimento das necessidades dos colonos.

O isolamento físico dificultava a integração dos colonos à sociedade brasileira, mas também permitiu a preservação da identidade alemã. Inicialmente, eles estavam entregues à própria sorte e eram forçados a recorrer aos préstimos de um compatriota nos momentos de aflição, o que estimulou a vida comunitária e o sentimento de auto-suficiência nas colônias. Houve muito escambo nas colônias, as conversas eram sempre em alemão e os colonos uniram esforços para construir templos e escolas para educação dos filhos. Em momentos de dificuldade, uns acudiam aos outros, a comunidade se reunia nos momentos de folga e organizava festas para comemorar as datas de seus santos.

Os colonos eram originários de áreas rurais e se sentiam estrangeiros diante de seus compatriotas. Eles não eram donos de suas terras e a transição do sistema feudal para o capitalismo, processo que teve início em 1807, forçou os pobres a adensarem os centros urbanos ou a buscarem melhores condições de vida nas colônias instaladas no Brasil e EUA. As condições iniciais eram precárias e os colonos plantavam visando a própria subsistência e foram as tristezas e as alegrias os fatores que mais contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural das colônias.

Como reagiu o colono em relação ao novo *ethos*? É preciso recorrer à imaginação para lançar alguns comentários sobre o assunto. Muitos colonos sequer compreendiam o que significava o conceito *selva* ou *floresta*, pois em suas regiões de origem nada disso existia. Eles se deparavam com animais de aspecto inusitado, não estavam habituados ao calor tropical, eram susceptíveis a enfermidades desconhecidas e enfrentavam ataques de índios bravios.

O preparo das lavouras exigia a derrubada de árvores frondosas, mas os colonos não dispunham de ferramentas adequadas e faltavam músculos para a execução das tarefas. As aflições diárias, a falta de demarcação dos lotes gerava incertezas e os colonos se sentiam desamparados longe da pátria (ROCHE, 1969; AVÉ-LALLEMANT, 1980). É bem estabelecido que a colonização iniciada pelo Major von Schäffer trouxe para a região Sul muitos agricultores, mas também vieram artesãos e soldados; ele recebia pelo número de colonos enviados e, portanto, foi pouco seletivo nos agenciamentos. A diversidade de elementos não contribuía para os relacionamentos harmônicos, mas a depuração se instalou de modo gradativo.

A tranqüilidade das colônias foi abalada durante a Revolução Farroupilha (1835-45) e Revolta dos Mucker (1874), episódios que resultaram na morte de vários colonos e promoveu desarmonia entre os membros da comunidade. No outro lado do Atlântico, a pátria-mãe também passava por grandes transformações. Era o fortalecimento do espírito germânico, o qual deu origem à unificação da Alemanha. Com efeito, a Liga Pan-germânica (*Alldeutschen Verband*) surgiu por volta de 1890; a agremiação atraiu intelectuais de prestígio e promovia o nacionalismo étnico. Outras agremiações vieram a seguir e igualmente promoveram o fortalecimento da identidade germânica, entre as quais a Sociedade Colonial da Alemanha (*Deutsche Kolonialgesellschaft*), a Liga em Prol do Germanismo no Exterior (*Verein für das Deutschum im Ausland*), a Liga das Escolas Alemãs (*Allgemeinen Deutschen Schuverein*) e o Partido Popular Alemão (*Deutsche Nationale Volkspartei*). Essas agremiações visavam a expansão da germanidade (DE SANTANA, 2010).

Alguns intelectuais dos dois lados do Atlântico defendiam o fortalecimento do germanismo, tendo como referência o conceito *jus sanguinis*: os alemães nascidos no exterior teriam direito à cidadania plena e, por outro lado, a pátria-mãe poderia convocar, como assim procedeu, jovens residentes em outro países a prestar serviço militar na Alemanha. Tais postulações eram antigas e causavam temor no Brasil, conforme atestam os relatos de Carl Otto Ulrich (1898), agrimensor e professor de escola primária:

Não posso deixar de mencionar que de algum lugar se espalhou nas colônias a opinião de que a Alemanha tenha interesses políticos sobre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Até entre os professores existem alguns que dão a entender animadamente a possibilidade desse fato ser verdadeiro. Evidentemente sempre escapa parte desses boatos e, sendo assim, jornais locais nos últimos tempos já procuraram várias vezes colocar a cultura alemã como um fator perigoso à população.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

Um jato d'água fria oficial ou oficioso sobre as cabeças quentes daqui deveria contribuir bastante para o sossego geral, e provavelmente calaria de imediato os tagarelas vagabundos em ambos os lugares (ULRICH, 1984; p. 69).

O fortalecimento do germanismo e a unificação da Alemanha trouxeram inquietações aos colonos instalados no Brasil. Eles eram brasileiros ou eram alemães? A indagação teve especial significado durante a I e II Guerra Mundial, ocasiões em que o Brasil se viu forçado a declarar guerra contra a Alemanha. Os colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina mantinham vínculo emocional com a pátria-mãe e, com efeito, os rapazes eram convocados para o serviço militar na Alemanha. De modo geral, eles viviam tranquilamente em seus arraiais e ignoravam os desdobramentos da guerra; a comunicação era deficiente e as notícias chegavam tardiamente, mas o pan-germanismo dos líderes e a preservação dos costumes colocavam os colonos sob suspeita (SEYFERTH, 1999). Para agravar ainda mais as circunstâncias, o líder Adolf Hitler manifestou interesse pelo Brasil e postulou que a Alemanha tinha direitos adquiridos sobre as colônias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As preocupações eram justificáveis, pois os mesmos argumentos foram utilizados para justificar invasões de países vizinhos, como a Polônia, Hungria e antiga Tcheco-Eslováquia.

A implantação da ditadura do Estado Novo (1930) promoveu novas turbulências na vida dos colonos. A política nacionalista de Getúlio Vargas lançou olhares de suspeita em direção aos colonos, pois eles viviam isolados, mantinham relacionamento com a pátria-mãe, tinham seus jornais e cultivavam livremente o idioma alemão nas escolas. Para agravar ainda mais as circunstâncias, muitos colonos exibiam simpatias em relação ao Integralismo, movimento político liderado por Plínio Salgado, e o Brasil se encontrava às vésperas de decretar guerra contra as tropas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Vargas termia o envolvimento dos integralistas na oposição ao seu governo; em Blumenau, ocorreu um atentado contra os integralistas e o líder do movimento quase perdeu a vida em outro episódio ocorrido em São Paulo (18 de Julho/1937). No ano seguinte, o governo federal determinou a proibição de transmissões radiofônicas e publicações de jornais e revistas em idiomas estrangeiros; as escolas foram proibidas de fazerem uso do idioma estrangeiro na rotina pedagógica e a medida afetou sensivelmente o funcionamento das instituições mantidas pelas comunidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O saldo final

A disciplina e o trabalho árduo deram bons resultados: as colônias ganharam auto-suficiência, o que estimulou o orgulho germânico nas comunidades.

Os colonos estavam habituados ao cultivo de pequenas lavouras e julgavam um absurdo que os espaços não fossem totalmente aproveitados, mas a eficiência agrícola e a vasta extensão territorial levou a um dilema: eles deveriam produzir o suficiente para a sustentação de suas famílias e da comunidade, o que implicaria na redução da jornada diária de trabalho e, conseqüentemente, a perda do “vigor alemão”, ou os colonos deveriam maximizar ainda mais o aproveitamento dos recursos naturais, visando atender a novos mercados consumidores e aumento dos lucros? A segunda opção foi uma imposição natural, mas as vias de escoamento eram precárias, os desperdícios eram enormes e o transporte das mercadorias exigia certos cuidados, a fim de evitar os roubos, acidentes com os animais e a perda das mercadorias.

Os costumes, a religiosidade e o idioma comum favoreciam os vínculos entre os membros da comunidade. As colônias foram instaladas afastada dos centros urbanos e inexistiam escolas nas comunidades – as poucas que existiam eram frutos dos esforços dos colonos, os quais designavam um membro da comunidade para ensinar as crianças, privilegiando, naturalmente o idioma alemão. Por outro lado, os colonos católicos que se instalaram em Wisconsin/EUA (1852) formavam um grupo majoritário, em relação aos protestantes e judeus; com o intuito de atrair os fiéis para o catolicismo, eles optaram pelo uso do idioma inglês nos sermões religiosos (SCHLEMPER, 2007). O catolicismo e o idioma inglês fortaleceram a identidade germânica, mas algo diferente ocorreu nas colônias alemãs de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: foi o idioma alemão e o luteranismo que desempenharam as funções acima mencionadas.

A presença alemã impulsionou a industrialização da região Sul. Com efeito, a disponibilidade de madeira fez surgir as serrarias e carpintarias, as quais produziam móveis, carroças e casas razoavelmente confortáveis. Os ferreiros e funileiros foram os pioneiros da indústria metalúrgica, os curtumes originaram a pujante indústria calçadística e a proximidade de um grande centro consumidor trouxe progresso às colônias gaúchas (VALVERDE, 1948). A produção das colônias abasteceu os centros urbanos e deu surgimento ou fortaleceu a “cultura da carne”, representada pelos frigoríficos, a notável produção de laticínios e os churrascos dominicais. O sucesso das colônias gaúchas e catarinenses geralmente é atribuído a três fatores: os colonos foram beneficiados com uma política governamental mais eficiente, em termos de subsídios financeiros e suporte logístico, os imigrantes exibiam melhor nível educacional, algo sem precedente na história do país, e a distribuição igualitária dos lotes favorecia o sentimento de justiça e a auto-estima nas comunidades. Os colonos se integraram adequadamente na sociedade brasileira e os estados do Sul lucraram com o *melting pot* – eles exibem os melhores índices de qualidade de vida.

Momentos da história do germanismo no Brasil

1557 – Hans Staden publica (Marburg, Alemanha) seus relatos sobre o Brasil. Ele permaneceu 9 meses prisioneiro dos Tupinambás (período de “engorda”); as descrições acerca dos hábitos alimentares dos índios foram copiadas e originaram o mito da antropofagia pandêmica.

1803 – Navios da frota da Companhia Russo-Americana (*Nadejda* e *Neva*) chegam ao Brasil (19 de Dezembro) e trazem à bordo os naturalistas Georg Heinrich von Langsdorff e Adalbert von Chamisso, comandados pelo capitão Adam Johann von Krusenstern.

1808 – Abertura dos portos às nações amigas (carta régia do Príncipe Regente João VI).

1812 – Decreto favorecendo os colonos açorianos, os quais se instalam inicialmente no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

1813 – É o início das expedições lideradas por naturalistas alemães, entre os quais G.H. von Langsdorff e Príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied (1815).

1817 – Casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina de Habsburg, princesa austríaca e incentivadora das ciências naturais; é através de sua iniciativa que o Brasil recebe a visita dos naturalistas J.E. Pohl, J.B. von Spix e K.F.P. von Martius. Imigrantes chineses (400 a 500 homens) são instalados numa fazenda em Santa Cruz/RJ para fundar uma colônia produtora de chá, mas os resultados são insatisfatórios e os colonos logo se dispersam.

1818 – Fundação da Colônia Leopoldínia, situada às margens do Rio Peruípe (Caravelas/BA) e liderada por G.W. Freireyss; surge em seguida a Colônia São Jorge dos Ilhéus, situada às margens do rio Cachoeira (Itabuna/BA) e liderada por Peter Weyll e o sócio Adolf Saueracker. João VI determina a aquisição da Fazenda do Morro Queimado (6 de Maio), visando a instalação de colonos oriundos do Cantão de Freiburg/Suíça.

1820 – Fundação da Colônia Frankenthal, situada às margens do Rio Peruípe (Caravelas/BA) e liderada por G.A. von Schäffer. A colônia da Fazenda do Morro Queimado é elevada à condição de vila, recebendo o nome de Nova Friburgo (3 de Janeiro).

1822 – G.H. von Langsdorff instala 94 colonos alemães (29 famílias), oriundos de Bremen, na Fazenda Mandioca, situada aos pés da Serra dos Órgãos (3 de Março).

1823 – É criado o primeiro batalhão de estrangeiros (8 de Janeiro), composto por mercenários alemães. Eles foram recrutados por G.A. von Schäffer e, mais tarde, muitos se transferiram para as colônias no Sul.

1824 – Instalam-se em São Leopoldo/RS os primeiros colonos alemães (18 de Julho). O artigo 5 da constituição imperial (25 de Março) restringe a liberdade de culto às religiões não-católicas.

1826 – O Coronel William Cotter é enviado à Irlanda para recrutar mercenários (Outubro de 1826). Como ocorreu com os alemães, eles chegaram ao Brasil (Dezembro/1827 a Janeiro/1828) iludidos com a promessa de doações de terras, auxílio financeiro e isenções de impostos.

1828 – Colonos alemães se instalam em São Paulo; cada família recebe 400 braças quadradas (21 de Março). É criada a colônia de Santa Januária/BA pelos irlandeses. É o início da revolta no Forte da Praia Vermelha (10 de Junho), ocasião em que mercenários alemães e irlandeses reclamam das péssimas condições; eles foram dispersados e alguns rumaram em direção às colônias instaladas na BA, RS e SC.

1829 – É fundada a colônia de São Pedro de Alcântara/SC, onde se instalam inicialmente 634 colonos alemães, majoritariamente católicos e oriundos da região do Reno.

1830 – Pedro I promulga leis que proíbem o pagamento de subsídios e qualquer tipo de despesa com os colonos europeus, o que faz cessar por alguns anos a imigração espontânea.

1835 – É o início da Guerra dos Farrapos, a qual durou até 1845. Algumas lideranças perfilaram-se entre as forças legalistas (monarquistas) e outras, entre os revolucionários republicanos.

1836 – Santa Catarina é o primeiro estado a promulgar uma lei provincial regulando os projetos de colonização (15 de Julho), a qual garantia os direitos e as condições razoáveis aos imigrantes.

1845 – Chegam os colonos alemães que irão fundar Petrópolis/RJ (9 de Junho). É o fim da Guerra dos Farrapos, com vitória das forças imperiais.

1846 – A colônia de São Leopoldo/RS é elevada à condição de município (1 de Abril); os colonos são considerados brasileiros naturalizados (3 de Setembro), tal como os de São Pedro de Alcântara/SC.

1847 – O Senador Nicolau de Campos Vergueiro promove a instalação (1847-57) de 117 famílias alemãs, belgas e suíços em sua fazenda de Ibicaba (Limeira/SP); os trabalhadores são contratados como meeiros. É instalada uma colônia alemã em Santa Isabel/ES, composta originalmente por 163 colonos. Theophilo B. Ottoni funda a Companhia de Navegação e Comercio de Mucury (19 de Outubro); o intuito era a instalação de 3.000 colonos europeus no interior de Minar Gerais (núcleo Philadelphia), mas o projeto não deu bons resultados.

1849 – É fundada a Colônia D. Francisca na bacia do rio São Francisco do Sul, região que se transformou na cidade Joinville/SC. A colônia prosperou sob a presidência do Senador Christian Schröder, da Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

1850 – O empreendimento anterior estimulou novo contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (15 de Maio), daí surgindo a colônia alemã instalada na bacia do rio Itajaí-Mirim/SC, a qual foi idealizada e administrada pelo médico Hermann Blumenau (2 de Setembro).

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

- 1855** – É criada, no Rio de Janeiro, a Companhia Central de Colonização.
- 1857** – Fundação da colônia alemã de Nova Petrópolis, atualmente São Leopoldo/RS (7 de Setembro).
- 1859** – A Alemanha unificada proíbe a emigração para o Brasil.
- 1866** – Os colonos suíços da fazenda do Senador Vergueiro (Limeira/SP) se rebelam contra as péssimas condições.
- 1867** – O Brasil é acusado pela Sociedade Internacional de Emigração (Berlim, Alemanha) de usar a colonização como sistema disfarçado de escravidão.
- 1874** – É o início da “revolta dos Mucker”, movimento de natureza religiosa que surgiu no Morro do Ferrabraz, núcleo integrante da Colônia de São Leopoldo/RS; tropas provinciais atacam o reduto dos rebeldes (17 de Julho) e vários deles são dizimados (2 de Agosto).
- 1875** – Colonos italianos chegam ao porto do Rio de Janeiro, trazidos pelo veleiro *Anna Pizzorno* (17 de Fevereiro). A França proíbe a emigração para o Brasil (31 de Agosto). O jornal *Il Secolo* (Milão, Itália) condena a emigração para o Brasil – “comércio de carne humana” (23 e 24 de Setembro).
- 1878** – Emigrantes da Ucrânia se instalam no Paraná (31 de Dezembro).
- 1883** – É criada no Rio de Janeiro a Sociedade Central de Imigração (13 de Janeiro).
- 1902** – A fazenda do Coronel João Batista de Oliveira, situada entre Passo Fundo e Santa Maria/RS, é comprada pela *Jewish Colonization Association*, onde é instalada a Colônia Philippson. O governo da Itália proíbe a emigração subvencionada para o Brasil.
- 1908** – O navio *Kasato Maru* chega ao porto de Santos/SP (18 de Janeiro) os primeiros colonos japoneses (781 pessoas, 168 famílias).
- 1930** – O Brasil recebe 62.610 emigrantes: 18.740 portugueses, 14.076 japoneses, 4.253 italianos, 4.180 alemães, 3.218 espanhóis e 2.699 russos; outras nacionalidades compõem 15.444 emigrantes (IBGE).
- 1933** – É realizado o primeiro desfile dos integralistas (São Paulo/SP, 3 de Abril). Adolf Hitler anuncia os direitos da Alemanha sobre o Brasil, onde os alemães estão estabelecidos e exercem atividades – é o início do “perigo alemão”.
- 1935** – Os integralistas publicam o primeiro número da revista *Anauê* (1 de Janeiro), lançam o filme “O integralismo no Brasil” (4 de Fevereiro), organizam manifestações em Petrópolis/RJ, Blumenau/SC e realizam o I Congresso Integralista da Província da Guanabara (4 a 12 de Janeiro).
- 1937** – Opositores do integralismo organizam atentados no país. O líder Plínio Salgado quase perde a vida (São Paulo/SP, 18 de Julho) e 13 camisas verdes são mortos num atentado (Campos/RJ, 15 de Agosto).
- 1938** – Decreto-lei estabelecendo a proibição de transmissões radiofônicas, publicações de jornais e revistas em idiomas estrangeiros (7 de Fevereiro); escolas de línguas estrangeiras (RS e SC) são fechadas.

1942 – Decreto-lei estabelecendo que os bens e direitos dos cidadãos da Alemanha, Itália e Japão responderão pelas perdas do Brasil na II Guerra Mundial (11 de Março).

Referências bibliográficas

ANUSZEWSKA, E. A imigração alemã no Brasil à luz dos relatórios dos consules do Império Alemão no início do século XX. *Estudios Latinoamericanos*, 7: 51-65, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte e São Paulo: Editora Itatiaia e EdUSP, 1980.

BARKER, R. Sources for Lusitanian shipbuilding. *Proceedings of the International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*. September: 213-28, 1998.

BECHER, H. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff* – pesquisas de um cientista alemão no século XIV. Brasília: Editora da UnB, 1990.

BOLKHOVITINOV, N.N. The adventure of Doctor Schäffer in Hawaii, 1815-19. *The Hawaiian Journal of History*, 7: 55-78, 1973.

BÖSCHE, E.T. Quadros alternados. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 83: 137-241, 1918.

BRANDENBURGER, C. Imigração e colonização sob o Segundo Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 98(152): 481-87, 1925.

BRANDENBURGER, C. Spix e Martius – um centenário. In: J.B. VON SPIX & K.F.P. VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. P.XXIV-XXXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BRAUN, F.K. *Cartas e relatos de imigrantes alemães*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

BROWNE, J. *Charles Darwin – voyaging*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

CABRAL, O.R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: EdUFSC, 1972.

CANSTATT, O. *Brasil: terra e gente*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CHELMICKI, Z. *Imigrantes poloneses no Brasil em 1891*. Brasília: Senado Federal, 2010.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

COHN, R.L. The determinants of individual immigrant mortality on sailing ships, 1836-1853. *Explorations in Economic History*, 24: 371-91, 1987.

DA FONSECA E SILVA, T.M. Breve notícia sobre a colônia de suíços fundada em Nova Friburgo. *Revista Trimensal de História e Geographia*, 14: 137-42, 1849.

DE ROURE, A. O centenário de Nova-Friburgo – Conferência ministrada na Câmara Municipal de Friburgo, 19 de Maio de 1918. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 83: 243-66, 1918.

DE SANTANA, N.M.C. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. *Dimensões*, 25: 235-48, 2010.

DE SOUZA, J.A.S. Os colonos de Shaeffer em Nova Friburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 130 (Janeiro-Março): 5-214, 1976.

D'OLIVEIRA E PAIVA, J.G. Memória histórica sobre a colônia allemã de S. Pedro de Alcântara estabelecida na província de Santa Catharina. *Revista Trimensal de História e Geographia*, X: 504-23, 1870.

DOS SANTOS, N.P.; PINTO, A.C. & DE ALENCASTRO, R.B. Theodoro Peckolt: naturalista e farmacêutico do Brasil Imperial. *Química Nova*, 21(5): 666-70, 1998.

FERRI, M.G. A botânica no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil*. P.175-232. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

FLORES, H.A.H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPU-CRS, 2008.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

GROSSELLI, R.M. *Colônias imperiais na terra do café*. Brasília: Senado Federal, 2009.

GUENTHER, K. *A naturalist in Brazil*. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1931.

GUERRA, R.F. Educação científica e desperdício de talentos. *Universidade e Sociedade*, XVI(39): 124-35, 2007.

GUERRA, R.F. Padre Raulino Reitz e as ciências naturais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 44(1): 9-67, 2010.

HANDELMANN, G.H. História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 108(162): 1-1068, 1931.

HUNT, L. *Secret agenda: the United States government, nazi scientists, and Project Paperclip, 1945 to 1990*. Gordonsville: St. Martin's Press, 1991.

JOESTING, E. *Kauai – the separate kingdom*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1984.

JUDT, M. & CIESLA, B. *Technology transfer out to Germany after 1945*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1996.

KELLENBENZ, H. & SCHNEIDER, J. A imagem do Brasil na Alemanha do século XIX: impressões e estereótipos – da independência ao fim da monarquia. *Estudios Latinoamericanos*, 6: 71-101, 1980.

KOMISSAROV, B. *Da Sibéria à Amazônia – a vida de Langsdorff*. Rio de Janeiro: Edições Langsdorff, 1992.

LEHR, J.C. & MORSKI, J.P. Global patterns and family matters: life history and the Ukrainian pioneer diaspora. *Journal of Historical Geography*, 25(3): 349-66, 1999.

LEINZ, V. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil*. P.275-96. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

LEITE, J. da C. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*, 26(3-4): 741-52, 1991.

LEITÃO, C. de M. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo: Nacional, 1934.

LEONARDOS, O.H. A mineralogia e a petrografia no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil*. P.297-348. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

MILLS, P.R. A new view of Kaua'i as “the separate kingdom” after 1810. *The Hawaiian Journal of History*, 30: 91-104, 1996.

MOSIMANN, J.C. *Catarinenses – Gênese e história*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2010.

MURRAY, E. William Cotter – Irish officer in Dom Pedro's army of imperial Brazil. *Irish Migration Studies in Latin America*, 1(3): 173-4, 2006.

NADALIN, S.O. & BIDEAU, A. How German Lutherans became Brazilians: a methodological essay. *The History of the Family*, 10: 65-85, 2005.

NEIVA, A. & PENNA, B. Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, VIII (fascículo III): 74-224, 1916.

Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual

OBERACKER JR., C.H. *A contribuição alemã à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1985.

OBERACKER JR., C.H. A colônia Leopoldina-Frankental na Bahia Meridional – Uma colônia européia de plantadores no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 148: 116-40, 1987.

PEIXOTO, E.M. Questão Meurer – os Muckers. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 58 (parte II): 391-505, 1907.

PETRY, L. *O episódio do Ferrabraz*. São Leopoldo: Rotermund, 1966.

PINTO, O.M. de O. A zoologia no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil*. P.111-73. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

REITZ, R. *Alto Biguaçu*. Florianópolis: Editora Lunardelli e EdUFSC, 1988.

REITZ, R. *Santa Bárbara, primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 1992.

RHEINBOLDT, H. A química no Brasil. In: F. de Azevedo (Org.). *As ciências no Brasil*. P.9-108. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHÄFFER, N.O. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: C. Mauch & N. Vasconcellos (Orgs.). *Os alemães no Sul do Brasil*. P.162-83. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1994.

SCHLEMPER, M.B. From the Rhenish Prussian Eifel to Wisconsin Holyland: immigration, identity and acculturation at the regional scale. *Journal of Historical Geography*, 33: 377-402, 2007.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Coleção O Brasil visto por estrangeiros. Brasília: Senado Federal, 2000.

SCHÜPP S.J., Padre A. *Os muckers – Episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SEIDLER, C. *Dez anos no Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1951.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha nacionalista do Estado Novo. In: D. Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. P.199-28. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, L. Vida, educação, governo e morte de Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 98(152): 911-48, 1925.

SIRIANI, S.C.L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos. *Almanack Braziliense*, 2: 91-100, 2005.

TAYLOR, A. The people of British America, 1700-75. *Orbis*, Spring: 247-61, 2003.

TAUNAY, A. de E. *Rio de Janeiro de antanho (1695-1831) – impressões de viajantes estrangeiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

TUMARKIN, D.D. A Russian view of Hawaii in 1804. *Pacific Studies*, II(2): 109-31, 1979.

ULRICH, C.O. As colônias alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, 5(2): 57-74, 1984.

VALVERDE, O. Excursão à região colonial do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, 10(4): 477-534, 1948.

VON ESCHWEGE, W.L. *Pluto brasiliensis*. Brasília: Senado Federal, 2011.

VON KOSERITZ, K. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo: Editora Itatiaia e EdUSP, 1980.

VON SPIX, J.B. & VON MARTIUS, K.F.P. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.